



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 12 | dezembro 2011



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEAR I
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação_
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: dezembro de 2011

Elaborado com informação disponível até ao dia 21 de dezembro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
Destaques	33
Reforço da Coordenação das Políticas Económicas a Nível Europeu e Implicação para a Condução das Políticas Orçamentais Nacionais	35
Análise às previsões da OCDE para o crescimento do PIB de Portugal	37
Artigos	39
Em Análise	41
Evolução Recente da Fileira Florestal: Parte I	41
Iniciativas e Medidas Legislativas	59
Abreviaturas Utilizadas	67

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Num contexto de elevada incerteza, de aumento das tensões nos mercados financeiros internacionais e de quebra da confiança dos agentes económicos, o ritmo de crescimento da economia mundial abrandou nos últimos meses, perspetivando-se uma maior desaceleração das economias avançadas e um crescimento mais moderado das economias emergentes, apesar de continuar robusto. As pressões inflacionistas permaneceram contidas nas economias avançadas; enquanto foram mais elevadas nas economias emergentes, apesar de se ter assistido a uma ligeira diminuição nos últimos meses, especialmente na China.
- * No sentido de assegurar um acesso mais facilitado do sector bancário à liquidez e permitir um melhor funcionamento do mercado monetário da área do euro com vista a conceder mais crédito às famílias e a empresas não financeiras, houve uma ação coordenada de seis bancos centrais (BCE, bancos centrais do Canadá, de Inglaterra, do Japão, dos EUA e da Suíça) no dia 30 de novembro. Igualmente, no dia 8 de dezembro, para além do Conselho do BCE ter decidido reduzir em 25 pontos base a taxa de juro diretora para 1%, também adotou várias medidas não convencionais adicionais para apoiar o crédito bancário e a liquidez do mercado monetário da AE.
- * No Conselho Europeu Dos dias 8 e 9 de dezembro de 2011, foi acordado entre os países da área do euro um novo “pacto orçamental” e uma coordenação reforçada das políticas económicas em áreas de interesse comum, estabelecendo-se regras mais rígidas para os saldos orçamentais dos diferentes Estados-membros com a imposição de sanções automáticas no caso de não cumprimento do limite de 3 por cento do PIB. Igualmente, para fazer face à crise financeira internacional foi acordado o reforço dos instrumentos de estabilização, salientando-se o acionamento da alavancagem do FEEF (Fundo Europeu de Estabilização Financeira); a entrada em vigor do MEE (Mecanismo Europeu de Estabilidade) em julho de 2012 alterando-se as regras de votação; a disponibilização por parte dos Estados-membros de recursos adicionais para o FMI, sob a forma de empréstimos bilaterais, num montante que poderá alcançar os 200 mil milhões de euros.
- * A intensificação da crise da dívida soberana na área do euro e o aumento da incerteza relativa à perspetiva do crescimento económico mundial nos próximos anos contribuíram para a diminuição dos índices bolsistas internacionais e para a acentuada depreciação do euro face ao dólar, em dezembro de 2011.
- * Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2011 indiciam um abrandamento do consumo privado, um crescimento menos forte das exportações e um agravamento da atividade dos serviços. Porém, a produção industrial e o mercado de trabalho apresentaram uma ligeira melhoria neste período. Em novembro de 2011, a taxa de desemprego desceu para 8,6% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 3,4%.
- * No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2011, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na UE como na AE, em resultado da deterioração da generalidade dos indicadores de confiança. Em outubro de 2011, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam um abrandamento da produção industrial e das exportações e o prosseguimento da diminuição das vendas a retalho, indiciando o prosseguimento de um fraco crescimento do consumo privado. Em outubro de 2011, a taxa de desemprego aumentou tanto na AE como na UE, situando-se em 10,3% e em 9,8%, respetivamente. Em novembro de 2011, a taxa de inflação homóloga da AE manteve-se em 3% e subiu para 2,7% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,6% em outubro).
- * Em dezembro e, até ao dia 19, as taxas de juro a 3 meses diminuíram na área do euro, em linha com a decisão do BCE ter reduzido, no início do mês, a taxa de juro diretora para 1%. Já

em relação às taxas de juro de curto prazo nos EUA, estas prosseguiram o movimento ascendente iniciado em agosto. Em novembro, as taxas de juro de longo prazo aumentaram na AE; enquanto diminuíram nos EUA, refletindo, no caso da AE, as crescentes preocupações acerca da crise da dívida soberana, a qual, afetou até países com notação AAA e, no caso dos EUA, a incerteza quanto às perspetivas para a economia mundial.

- * O preço *spot* do petróleo *Brent* desceu em dezembro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 19 deste mês, registado o valor de 108 USD/bbl (81€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * O PIB real contraiu 1,7% em termos homólogos no terceiro trimestre. Para esta evolução concorreu uma quebra de 4,6% da procura interna, bem como um abrandamento das exportações, com um crescimento de 6,5% (2,2 p.p. inferior ao registado no trimestre anterior) e uma quebra menos acentuada das importações de 2,8% (1,8 p.p. menor que a observada no 2.º trimestre).
- * Em outubro o indicador da atividade económica do INE manteve a trajetória descendente, observando-se uma forte quebra no indicador do consumo privado e uma diminuição residual no indicador da FBCF.
- * O indicador de clima económico do INE manteve a tendência de degradação, atingindo em novembro, novo mínimo.
- * Em outubro, no que se refere aos fluxos de comércio internacional, registou-se um incremento no crescimento das exportações portuguesas e uma quebra nas importações, verificando-se uma melhoria da balança comercial.
- * Em novembro a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 3,9%, 0,3 p.p. inferior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses do IPC subiu 0,2 p.p. para os 3,6%.
- * Até novembro, o défice orçamental provisório da Administração Central e da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 7897,6 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 3370,9 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Este resultado reflete, no essencial, o comportamento do défice global do Estado, o qual se reduziu em 3050,3 milhões de euros face ao período homólogo, situando-se nos 9901,8 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente de 1041,2 milhões de euros, mais 574,5 milhões de euros do que em idêntico período do ano anterior. O excedente de execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 963,1 milhões de euros, menos 241,1 milhões de euros do que o registado no período homólogo.
- * A execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS), até novembro, resultou num défice de 272,9 milhões de euros, que compara com um défice de 420,8 milhões de euros no período homólogo.
- * Nos dez primeiros meses de 2011, a Administração Regional apresentou um excedente orçamental de 39,8 milhões de euros, isto é, uma melhoria de 58,3 milhões de euros face ao valor registado até ao mês anterior, em resultado da melhoria verificada nos saldos de ambas as regiões autónomas.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** divulgados para o mês de outubro¹ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de

¹ Os dados recentemente divulgados para o mês de outubro de 2011 correspondem a uma primeira versão preliminar.

16,1% relativamente a igual período em 2010. Neste mesmo período, as importações de mercadorias cresceram 3,8%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 18,8% e a um aumento da taxa de cobertura das importações de 7,7 p.p. face ao período homólogo, passando as exportações a representar 72,5% das importações.

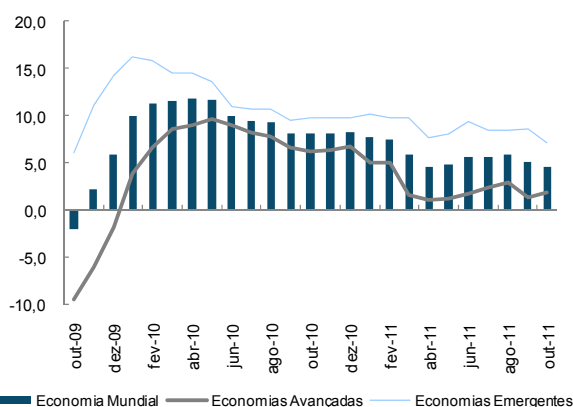
- * O crescimento das exportações mercadorias, *excluindo os produtos energéticos*, esteve próximo do crescimento total das exportações, nos primeiros dez meses de 2011 (16%). Enquanto isso, o crescimento destas importações continuou a atingir uma taxa inferior a 50% do total das importações (0,5%). Neste enquadramento, o défice da respetiva balança comercial registou uma melhoria de 37,5%.
- * Na sequência do que tem vindo a verificar-se nos últimos meses, todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento homólogo das exportações de mercadorias. Destaca-se, no período em análise, o contributo dos grupos “Material de Transporte” (+3,2 p.p.), “Químicos” (+2,7 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,6 p.p.).
- * Nos primeiros dez meses do ano, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 15,6% e contribuíram em 11,7 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE – 15 registaram, igualmente, uma variação homóloga positiva de 15,6%. As exportações para os países do Alargamento cresceram 15,9% em termos homólogos, sendo o seu contributo para o crescimento do total das exportações significativamente inferior (0,5 p.p.). Espanha permanece como principal mercado de destino das exportações de mercadorias, embora tenha vindo a perder importância relativamente a igual período em 2010 (26,6% e 25,2%, respetivamente). As exportações para a Alemanha (+3 p.p.) e para a Espanha (+2,6 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. As exportações de mercadorias para a França cresceram, relativamente ao período homólogo, 18,9%, e as exportações para o Reino Unido 6,5%.
- * Entre janeiro e outubro de 2011, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE (17,9%), evidenciando-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+87,8%), China (+47,1%) e Brasil (+33%).
- * Entre janeiro e outubro de 2011, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 16,4% relativamente a igual período do ano passado. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (11 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **setembro** de 2011, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo positivo de 14% nos primeiros nove meses de 2011. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (16,1% e 9,8%, respetivamente). A componente de Bens continua a ser a que mais contribui para o crescimento do total das Exportações (+10,8 p.p.). As Importações de Bens e Serviços mantêm uma taxa de variação homóloga positiva inferior (5,3%), sendo que a componente de Bens (+4,3 p.p.) continuou a ser a que mais contribuiu para este comportamento.

1. Enquadramento Internacional

Atividade económica mundial

No mês de outubro de 2011, a produção industrial mundial abrandou para 4,6% em termos homólogos (5,2% em setembro). Mas, enquanto a produção industrial das economias avançadas melhorou; pelo contrário, assistiu-se a uma desaceleração das economias emergentes, embora continue com um crescimento robusto.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



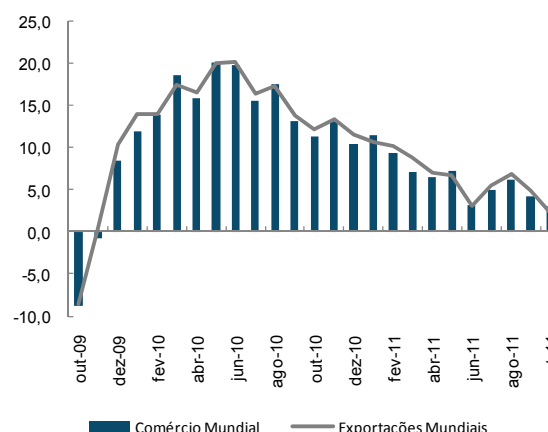
Fonte: CPB.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também apresentou um crescimento menos forte, causado pela desaceleração das exportações mundiais. Pelo contrário, as importações mundiais aceleraram ligeiramente.

De facto, em outubro e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 2,9% (4,1% em setembro);
- as exportações mundiais desaceleraram para 2,4% (4,9% em setembro); enquanto as importações mundiais aumentaram para 3,5% (3,4% em setembro).

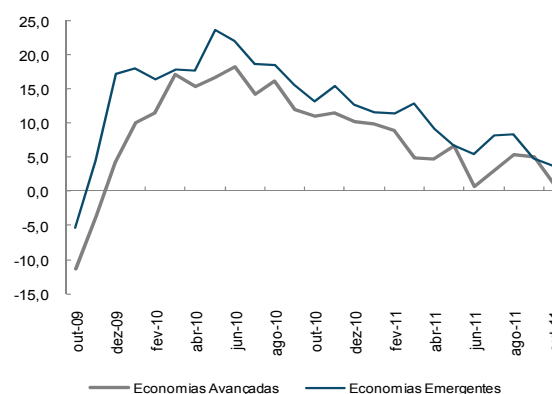
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A desaceleração das exportações mundiais estendeu-se tanto ao nível economias emergentes como das economias avançadas, tendo sido, porém, mais acentuada para o último caso, afetando sobretudo a área do euro. Já em relação à melhoria das importações mundiais, foram as economias emergentes (especialmente asiáticas) que contribuíram para esta evolução dado que as importações das economias avançadas registaram um crescimento mais fraco devido à quebra das importações da área do euro.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

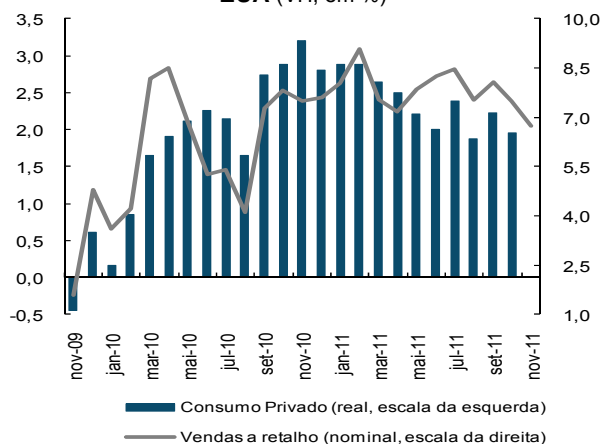
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	9,8	8,9	8,2	7,0	5,0	5,5	5,6	5,8	5,2	4,6	
Economias Avançadas	VH	CPB	7,4	7,5	6,5	3,9	1,3	2,2	2,4	2,9	1,4	1,9	
Economias Emergentes	VH	CPB	12,1	10,3	9,8	9,9	8,4	8,5	8,5	8,5	8,6	7,1	
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	15,0	15,3	11,6	9,3	5,6	5,1	5,0	6,1	4,1	2,9	
Importações Mundiais	VH	CPB	14,5	14,9	10,9	8,6	5,6	4,4	4,5	5,4	3,4	3,5	
Economias Avançadas	VH	CPB	11,4	13,2	9,4	7,0	2,4	2,0	2,2	2,2	1,5	1,0	
Economias Emergentes	VH	CPB	18,1	16,8	12,4	10,4	9,2	7,2	7,1	9,0	5,4	6,2	
Exportações Mundiais	VH	CPB	15,4	15,8	12,3	9,9	5,6	5,7	5,5	6,8	4,9	2,4	
Economias Avançadas	VH	CPB	13,6	14,1	10,9	7,8	4,0	4,4	2,9	5,3	5,1	1,1	
Economias Emergentes	VH	CPB	17,3	17,5	13,7	11,9	7,1	7,1	8,2	8,3	4,7	3,6	

Atividade Económica Extra-UE

Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2011 indiciam um abrandamento do consumo das famílias, um crescimento menos robusto das exportações e um agravamento da atividade dos serviços. Porém, a produção industrial e o mercado de trabalho apresentaram uma ligeira melhoria neste período.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

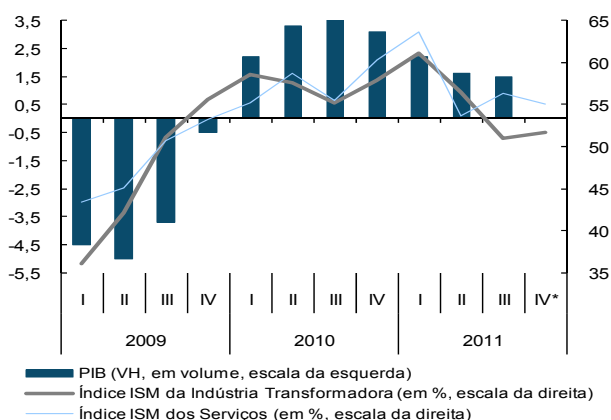
Com efeito, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2011 e, em termos homólogos,

- as vendas a retalho abrandaram para 7,1% em termos nominais (8% no 3.º trimestre) apesar do indicador de confiança dos consumidores ter aumentado devido, em parte, à expectativa de uma melhoria da economia e de uma situação mais favorável do emprego;
- a produção industrial acelerou para 4% (3,7% no 3.º trimestre) confirmando o ligeiro aumento do indicador de confiança dos empresários da indústria; enquanto o indicador de confiança dos serviços diminuiu.

Em outubro de 2011 e em comparação homóloga, o consumo privado abrandou para 2% em termos reais (2,2% em setembro) e as exportações desaceleraram para 12,3% em termos nominais (16% em setembro).

A taxa de desemprego desceu para 8,6% em novembro e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 3,4% (3,5% em outubro).

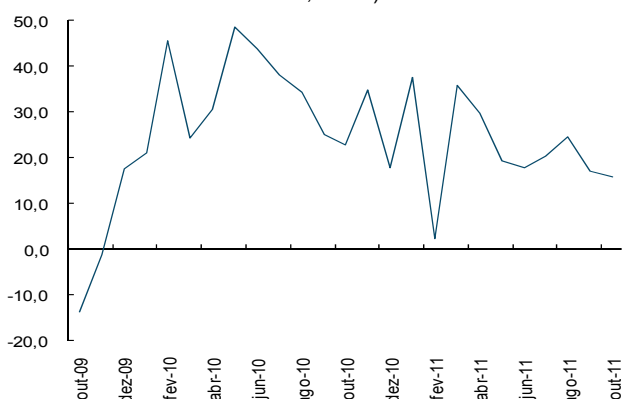
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. * Média de outubro e novembro.

Os indicadores disponíveis para a economia da China sugerem um abrandamento da atividade industrial e das exportações, mantendo-se, no entanto, ainda robusta. De facto, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2011 e, em termos homólogos, a produção industrial desacelerou para 12,8% (13,8% no 3.º trimestre) e as vendas a retalho mantiveram um forte crescimento, situando-se em 17,3% neste período. Por sua vez, as exportações abrandaram em outubro, tendo aumentado 15,9% em termos homólogos nominais (17,1% em setembro). A taxa de inflação homóloga permaneceu elevada em novembro, embora tenha descido para 4,2% (5,5% em outubro).

Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)



Fonte: Instituto de Estatística da China.

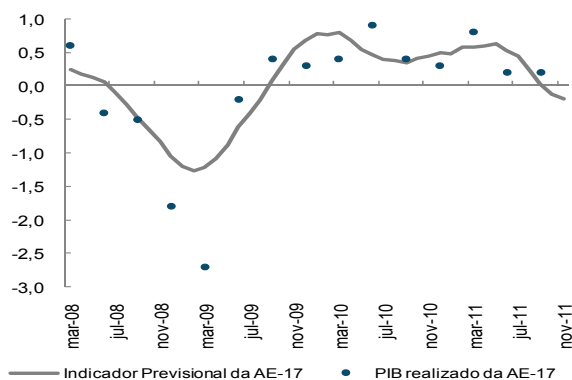
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
EUA – PIB real	VH	BEA	3,0	3,5	3,1	2,2	1,6	1,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	5,3	6,9	6,2	5,4	3,8	3,7	3,8	3,5	4,3	3,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,3	55,2	57,9	61,1	56,4	51,0	50,6	51,6	50,8	52,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,4	55,5	60,3	63,7	53,6	56,3	55,6	57,1	53,8	56,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	71,8	68,3	71,3	73,1	71,9	59,6	55,7	59,4	60,9	64,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,6	9,6	9,6	8,9	9,1	9,1	9,1	9,1	9,0	8,6
China – PIB real	VH	NBSC	10,4	9,6	9,8	9,7	9,5	9,1	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	31,3	32,5	25,2	25,3	22,4	20,7	24,5	17,1	15,9	:
Japão – PIB real	VH	COGJ	4,4	5,2	3,3	0,0	-1,7	-0,8	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2011, o indicador de sentimento económico continuou a diminuir tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da deterioração da generalidade dos indicadores de confiança. Consoante o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB da AE deve desacelerar no 4.º trimestre de 2011 em relação ao período precedente, podendo atingir uma variação negativa, invertendo a evolução positiva registada desde o 3.º trimestre de 2009.

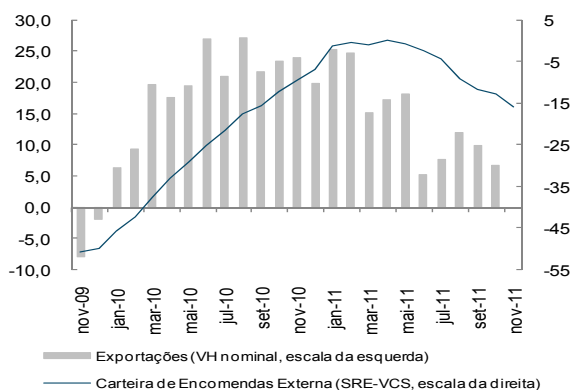
Figura 1.7. Indicador mensal da Área do Euro (€Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Em outubro de 2011, os indicadores quantitativos para área do euro indicam um abrandamento da produção industrial e das exportações e o prosseguimento da diminuição das vendas a retalho.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

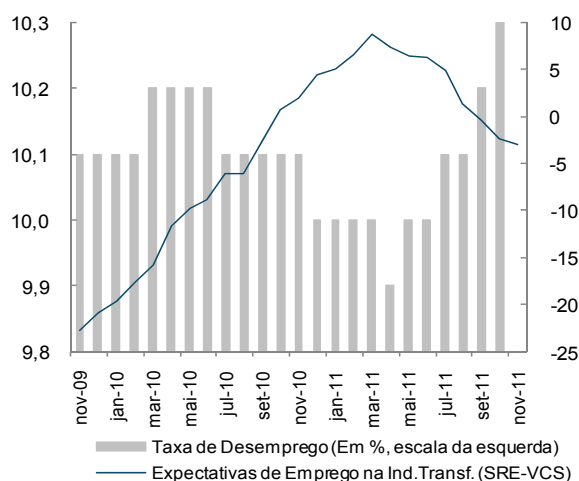
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,9	2,4	2,1	2,4	1,7	1,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,7	103,0	105,3	106,9	105,0	97,9	97,4	93,9	93,8	92,8
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,8	2,1	2,0	2,4	1,7	1,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,9	102,3	105,7	107,4	105,7	98,8	98,4	95,0	94,8	93,7
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	7,4	7,1	8,1	6,6	4,2	4,0	5,3	2,6	1,6	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,8	1,3	0,7	0,1	-0,4	-0,7	-0,3	-1,1	-0,5	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,1	10,1	10,1	10,0	10,0	10,1	10,1	10,2	10,3	:
IHPC	VH	"	1,6	1,7	2,0	2,5	2,8	2,7	2,5	3,0	3,0	3,0

Em outubro de 2011, a taxa de desemprego subiu tanto na AE como na UE, para 10,3% e 9,8%, respetivamente (10,2% e 9,7%, em setembro).

Em novembro de 2011, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os sectores da indústria e da construção; enquanto apresentaram uma melhoria para o comércio a retalho e para os serviços.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em novembro de 2011, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 3% e subiu para 2,7% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,6% em outubro).

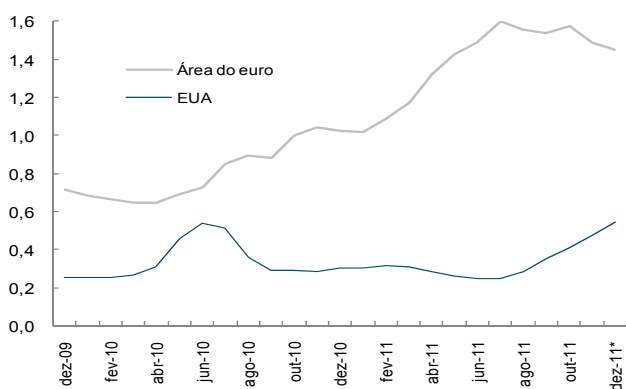
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram no 3.º trimestre de 2011 para 2,7% em termos homólogos nominais (3,3% no 2.º trimestre), com destaque para a desaceleração na Alemanha e em França.

No 3.º trimestre de 2011, o emprego total da economia aumentou 0,2% em termos homólogos na AE (0,5% no 2.º trimestre), acompanhando de um crescimento igual da produtividade, a qual aumentou 1,2 p.p..

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

No dia 8 de dezembro de 2011, o Conselho do Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa diretora para 1,00% (1,25%, desde 3 de novembro). Em dezembro e até ao dia 19, as taxas de juro de curto diminuíram na área do euro, situando-se a Euribor a 3 meses em 1,45% (1,48%, em média, em novembro); enquanto nos EUA prosseguiram a tendência ascendente, para se situarem em 0,54% (0,48%, em média, em novembro).

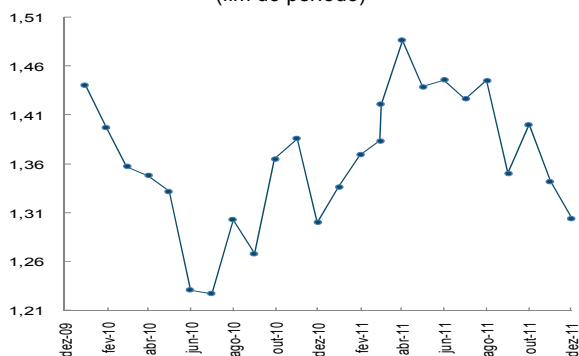
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 19.

Em novembro, as taxas de juro de longo prazo aumentaram na área do euro; enquanto diminuíram nos EUA. Esta evolução refletiu, no caso da AE, as crescentes preocupações acerca da crise da dívida soberana, a qual, afetou até países com notação AAA e, no caso dos EUA, a incerteza quanto às perspetivas para a economia mundial.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para dezembro, o valor é do dia 19.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

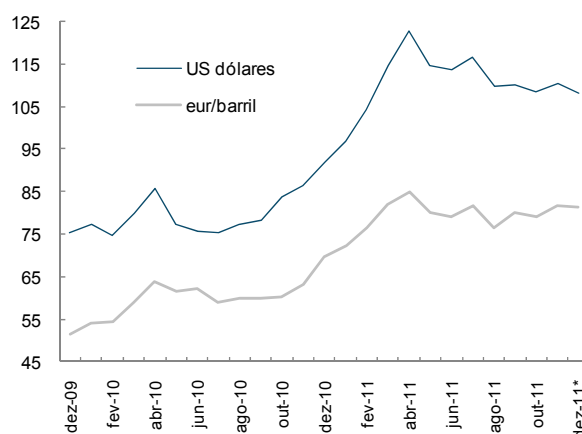
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,01	0,89	1,01	1,23	1,55	1,55	1,54	1,55	1,59	1,47	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,21	2,79	2,86	3,46	3,21	2,43	2,30	1,98	2,15	2,01	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,62	3,44	3,74	4,32	4,51	4,30	4,17	4,08	4,28	4,69	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,336	1,365	1,336	1,421	1,445	1,350	1,445	1,350	1,400	1,342	
Dow Jones*	VC	Yahoo	11,0	10,4	7,3	6,4	0,8	-12,1	-4,4	-6,0	9,5	0,8	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-5,8	6,8	1,6	4,2	-2,1	-23,5	-13,8	-5,3	9,4	-2,3	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	80,21	76,87	87,23	105,15	117,04	112,18	109,85	110,19	108,49	110,46	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	28,4	11,4	15,5	36,2	47,2	45,9	42,4	40,9	29,8	28,2	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	34,9	23,4	25,8	37,7	30,2	33,4	28,0	33,7	31,60	29,15	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	59,8	60,5	62,1	74,0	82,8	78,1	77,8	80,1	78,2	82,2	

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

Em dezembro de 2011, e, até ao dia 19, a taxa de câmbio do euro face ao dólar tem vindo a depreciar-se, tendo atingido, no dia 14 (1,30) o valor mais baixo desde meados de janeiro, representando uma depreciação de 2,8% face ao final de dezembro de 2010. Esta evolução descendente do valor do euro face às principais divisas internacionais tem sido impulsionada, em parte, pela perceção negativa da sustentabilidade das finanças públicas em alguns estados-membros da área do euro.

Em novembro de 2011, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 82,2 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em dezembro, e até dia 19, o preço do petróleo Brent diminuiu ligeiramente para se situar, em média, em 108 USD/bbl (81 €/bbl).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 19.

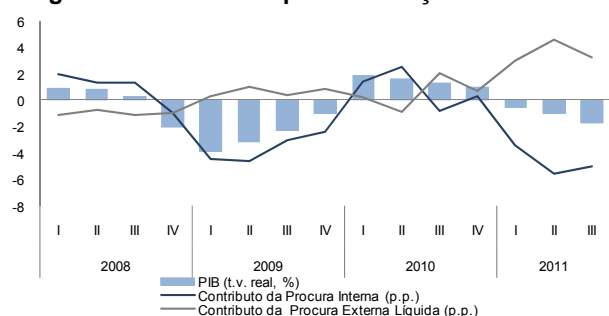
No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2011, o preço das matérias-primas não energéticas apresentou uma desaceleração significativa, tendo diminuído 3,3% em termos homólogos (+20% no 3.º trimestre), devido sobretudo à quebra dos preços dos metais, dos produtos industriais e agrícolas.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do 3.º trimestre de 2011 divulgadas pelo INE apontam para um contração real do PIB de 1,7% em termos homólogos, um agravar de 0,7 p.p. face ao trimestre anterior. O contributo da procura interna para o PIB continua muito negativo (-5 p.p.), sendo que melhorou 0,5 p.p. face ao 2.º trimestre, enquanto o contributo das exportações líquidas abrandou (+3,3 p.p. que compara com +4,6p.p. no trimestre precedente).

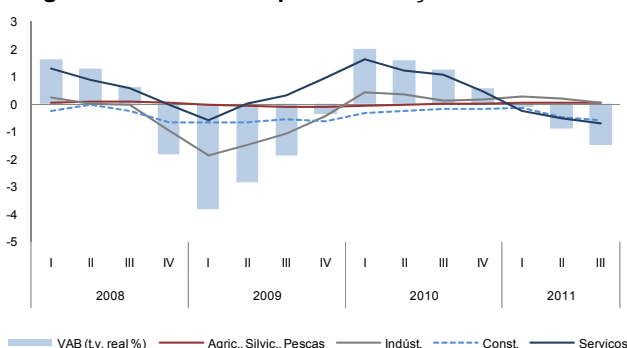
Figura 2.1. Contributo para a Variação real do PIB



Fonte: INE.

No 3.º trimestre, com exceção do ramo da agricultura, todos os outros ramos de atividade contribuíram para a quebra de 1,5% do VAB. A construção foi o ramo que apresentou maior quebra em termos homólogos (-11,6%), o que se traduziu num contributo de -0,6 p.p. para a variação do VAB.

Figura 2.2. Contributo para a Variação real do VAB



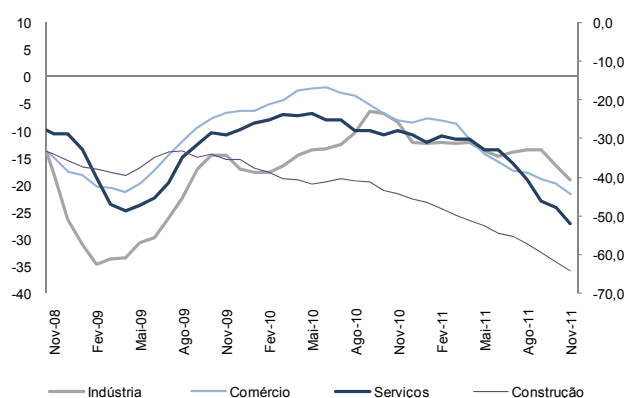
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em outubro mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 2,2%, descendo 1,5 p.p. face ao 3.º trimestre, e o índice de volume de negócios desacelerou para 2,1%, menos 2,5 p.p. que no 3.º trimestre.
- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras de 6,6% e 5,5%, traduzindo numa deterioração face ao 3.º trimestre de 0,5 e 1,4 p.p., respetivamente. O índice de produção na construção e obras públicas registou uma quebra de 10,3% (-10,7% no 3.º trimestre de 2011).

No trimestre terminado em novembro todos os indicadores de confiança registaram quebras, com a construção a atingir mais uma vez um novo mínimo.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

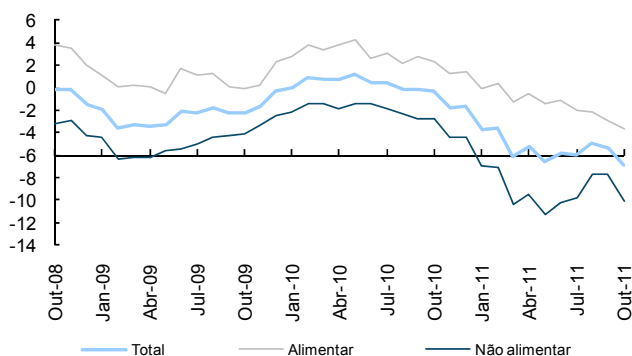
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,4	1,3	1,0	-0,5	-1,0	-1,7	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-0,4	0,0	-1,1	-1,5	-2,1	-2,7	-2,4	-2,7	-2,9	-3,5
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-12,1	-6,4	-12,2	-12,4	-14,8	-13,5	-13,3	-17,4	-18,5	-21,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-5,0	-5,2	-8,5	-8,8	-15,9	-10,0	-17,6	-19,4	-22,1	-23,7
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-8,9	-9,9	-10,7	-11,6	-13,5	-23,0	-23,3	-24,6	-24,6	-32,2
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-42,2	-41,3	-45,6	-49,9	-54,4	-59,6	-60,4	-62,7	-63,0	-67,0
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	2,0	-0,2	0,7	0,5	0,2	-0,7	0,3	-0,9	-2,2	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	9,3	7,6	8,5	10,1	8,1	4,6	7,9	3,1	2,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,6	1,3	2,5	-3,4	-6,3	-6,1	-4,6	-6,8	-8,5	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em outubro o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou uma redução de 6,9% em termos homólogos, mais 1,5 p.p. que em setembro.

Para esta evolução concorreu a diminuição de 10% na categoria dos bens não alimentares e de 3,6% na categoria dos bens alimentares, traduzindo um acréscimo de 2,3 p.p. e de 0,7 p.p. face ao trimestre terminado em setembro, respetivamente.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

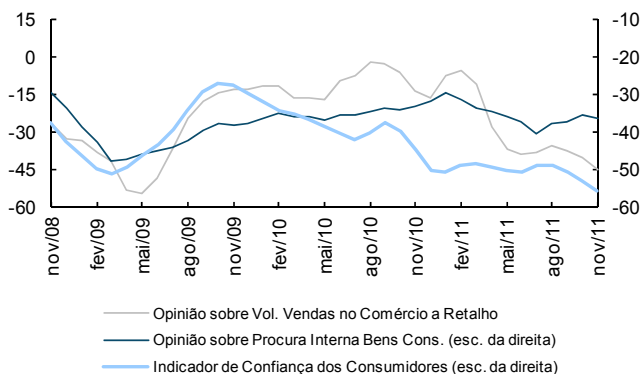


Fonte: INE.

No mês de novembro, pelo 4.º mês consecutivo, registou-se uma quebra da confiança dos empresários do comércio a retalho, acentuando assim a evolução negativa na média a 3 meses. O sentimento dos empresários relativos à procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria apresentou uma estabilização em novembro, quer na série mensal, quer considerando a média móvel a 3 meses, interrompendo a melhoria que se vinha verificando.

No que concerne o índice de confiança dos consumidores voltou a verificar-se uma degradação do mesmo em novembro. Foi o terceiro mês consecutivo de quebra, levando assim a uma redução pronunciada na média móvel a 3 meses.

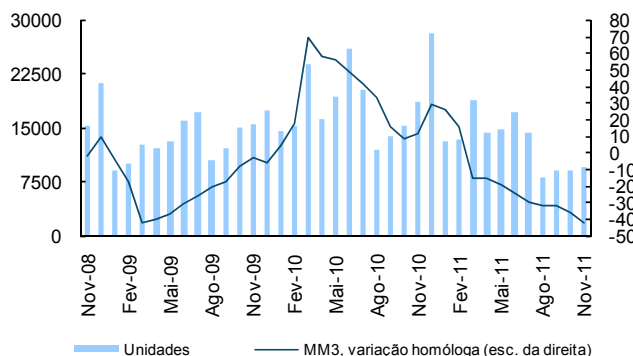
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Foram vendidos aproximadamente 9,5 mil veículos em novembro, representando uma redução de 48,8% em termos homólogos, a quebra mais acentuada desde 1999 e 8,3 p.p. superior à observada em outubro.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

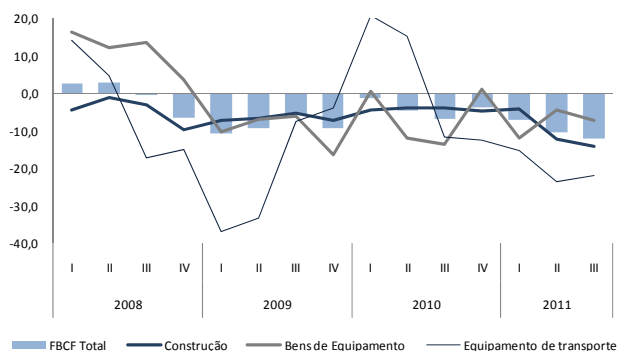
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Sep	Out	Nov	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,1	18	12	-2,3	-3,3	-3,3	-	-	-	-	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-41	-37	-50	-48	-51	-51	-49	-54	-56	-58	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-11	-3	-16	-11	-39	-38	-33	-43	-45	-49	
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-0,2	-0,1	-1,7	-6,1	-5,9	-5,4	-4,3	-6,9	-9,7	-	
Bens alimentares	VH	"	2,5	2,7	14	-1,2	-1,1	-2,9	-2,6	-3,4	-4,9	-	
Bens não alimentares	VH	"	-2,5	-2,7	-4,5	-10,4	-10,2	-7,8	-5,8	-10,2	-14,2	-	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	38,8	16,1	28,9	-15,2	-24,7	-31,5	-31,8	-33,8	-40,5	-48,8	
Importações de bens de consumo***	VH	INE	2,3	0,0	3,0	2,6	-2,7	-1,2	2,4	-1,1	-8,2	-	

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 3.º trimestre de 2011, a formação bruta de capital fixo registou uma quebra significativa em termos homólogos (-12%). As componentes que mais contribuíram para este comportamento foram a FBCF em equipamento de transporte a FBCF em Construção e a FBCF em Outros Bens de Equipamento (que apresentaram quebras de 22%, 14,1% e 7,1%, respetivamente).

Figura 2.7. Formação Bruta de Capital Fixo
(VH, ano de referência 2006)

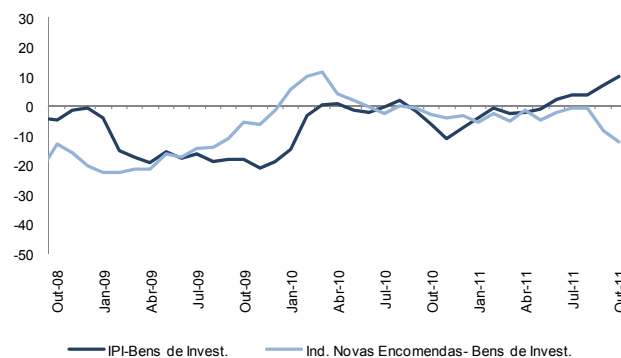


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para os meses de outubro e novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

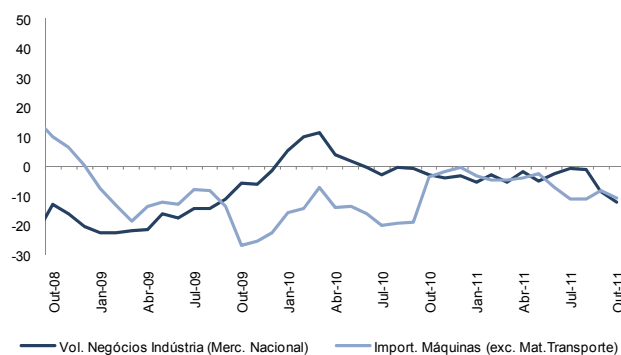
- as vendas de cimento apresentam uma quebra de 23,6% (-18,6% no 3.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros desceram 25,8% (-32,8% no 3.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, continuaram uma evolução negativa.

Figura 2.8. Produção de Bens de Investimento para o Mercado Nacional
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em outubro as importações de bens de capital exceto material de transporte, registaram uma quebra de 10,5% (-8,0% no 3.º trimestre). As licenças de construção de fogos apresentam uma quebra de 24,4% face ao período homólogo (que compara com -31,1% do 3.º trimestre), enquanto o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional se deteriorou (-11% contra -8,4% no 3.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

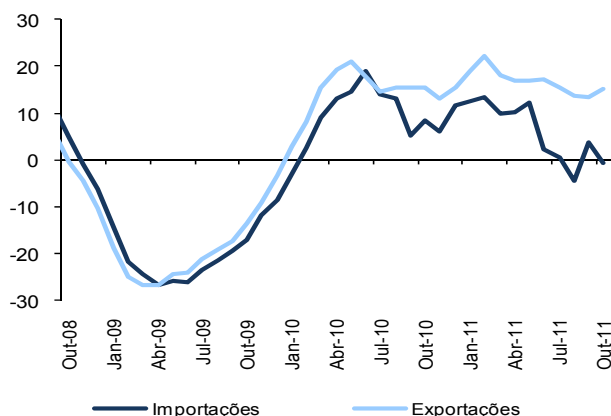
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-3,6	-6,7	-4,3	-6,0	-12,8	-13,7	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-4,1	-6,9	-3,7	-7,0	-10,5	-12,0	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-2,7	-2,8	-2,8	-3,9	-10,4	-12,1	-11,8	-12,1	-12,2	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-7,0	-4,7	-8,0	-6,1	-16,3	-18,6	-15,5	-19,7	-20,0	-23,6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,4	11,6	11,4	-12,6	-28,3	-32,8	-30,7	-35,1	-40,5	-25,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-6,9	-10,7	39,9	34,1	-2,6	-41,4	-20,7	-48,6	7,4	-56,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-28,3	-29	-20,0	-21,9	-43,6	-45,9	-42,5	-51,1	-50,7	-68,3
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-8,2	-7,0	-16,0	-24,7	-38,7	-31,1	-39,2	-26,0	-24,4	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-10,6	-18,7	-0,4	-4,5	-7,1	-8,0	-0,1	-10,1	-18,8	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-6,1	-0,5	-3,2	-5,2	-2,2	-8,4	-4,1	-18,9	-11,0	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 3.º trimestre de 2011, as exportações registaram um crescimento real de 6,5% e as importações continuam a apresentar uma quebra (-2,8% face a -4,6% no 2.º trimestre), resultando num contributo menos positivo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB (3,3 p.p. face a 4,6 p.p. no trimestre precedente). Em outubro, relativamente ao comércio internacional de mercadorias, as exportações nominais aumentaram 15,7% em termos homólogos, e as importações registaram uma quebra de 7,3%.

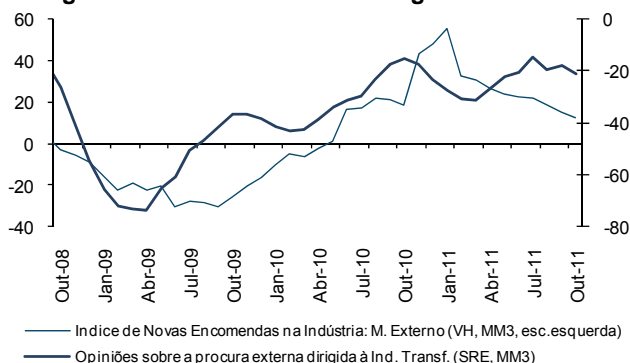
Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional de Bens
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

O índice de novas encomendas à indústria do mercado externo manteve-se em desaceleração no trimestre terminado em outubro, com um crescimento de 12,6%, menos 2,4 p.p. que no trimestre anterior, e as opiniões sobre a procura externa na indústria voltaram a degradar-se.

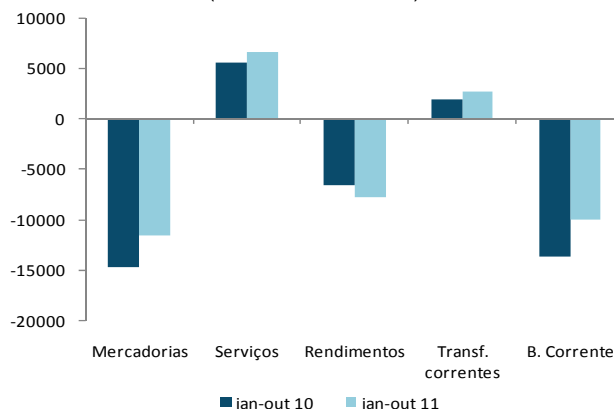
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

O défice acumulado da balança corrente até ao mês de outubro foi de 10 011 milhões de euros, menos 3 667 milhões de euros que em igual período do ano anterior. Para esta evolução contribuiu uma melhoria em todos os saldos, com exceção da balança de rendimentos.

Figura 2.10. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

No trimestre terminado em outubro o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 2 119 milhões de euros comparando com o trimestre homólogo, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011			2011		
				2T	3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8.8	9.6	8.4	7.6	8.3	8.7	6.5	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5.4	9.8	13	4.1	-1.1	-4.6	-2.8	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7.2	8.3	6.0	7.5	5.6	4.8	3.7	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8.3	-9.2	-8.6	-6.1	-7.1	-8.5	-5.8	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16.0	17.7	15.5	15.3	17.9	17.3	13.5	16.1	14.0	15.7
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11.0	18.9	5.1	11.5	9.7	2.4	3.8	1.1	4.4	-7.3

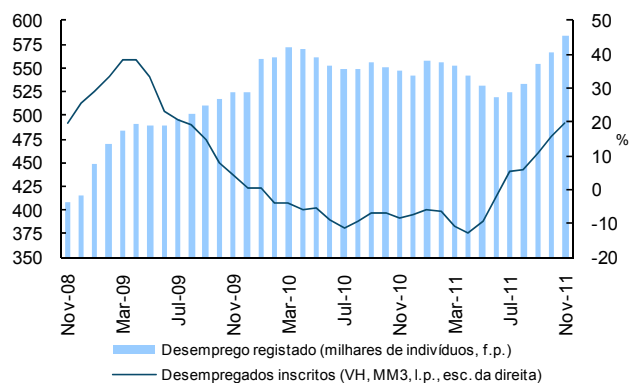
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011		Var. Acumulada
				out	jan-out	out	jan-out	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-17 009	-1200	-12 719	-176	-8 695	4 025
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 794	-1632	-14 742	-760	-11581	3 162
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 985	598	5 648	730	6 581	933
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-8 728	-415	-6 544	-585	-7 696	-152
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	220	1961	240	2 685	724

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP, em novembro os desempregados registados nos centros de emprego ascendiam aos 583 mil, o valor mais elevado desde 1998 e um aumento de 6,7% em termos homólogos.

Figura 2.12. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Esta evolução traduziu-se em valores absolutos num aumento de 16 mil desempregados em relação a outubro e de 36,5 mil face a igual mês do ano anterior.

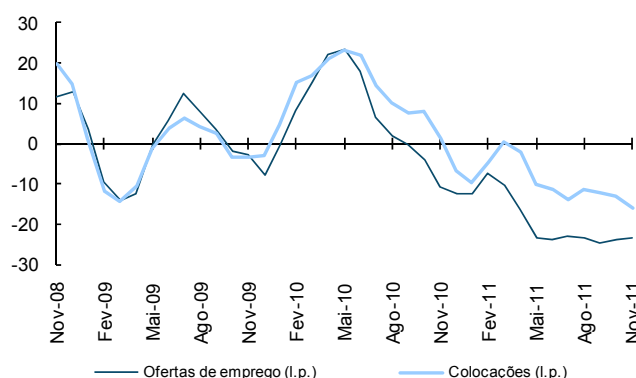
O número de desempregados inscritos em novembro apresentou uma subida homóloga de 20%, mesmo assim 2,2 p.p. inferior à do mês anterior.

Assim sendo, inscreveram-se em novembro mais 11,5 mil desempregados nos centros de emprego que em igual período do ano anterior, mas menos 802 que em outubro.

No mês de novembro as ofertas de emprego registaram uma diminuição homóloga de 2,2%, uma redução de 0,6 p.p. face ao mês anterior.

Em igual período nas colocações registou-se uma diminuição de 17,2 %, uma melhoria de 3,6 p.p. face a outubro.

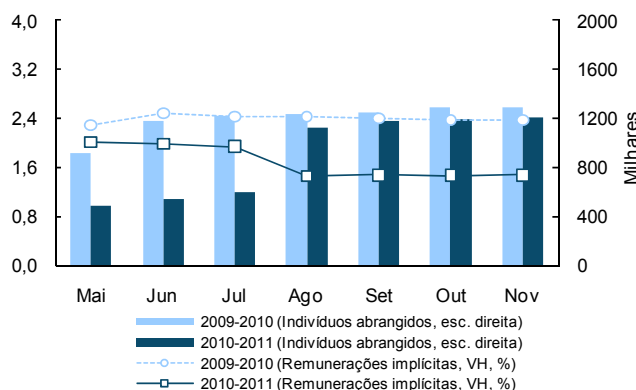
Figura 2.13. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Apesar de uma quebra comparativamente menor das colocações face à evolução das ofertas, o rácio das colocações sobre as ofertas manteve-se estável nos 65%.

Figura 2.14. Contratação Coletiva



Fonte: MSSS.

Até final de novembro o número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) manteve-se nos 1,2 milhões, com um aumento de apenas 4,3 mil face ao final de outubro, refletindo uma diminuição homóloga de 6,7%. O aumento nas remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho manteve-se estável nos 1,5%.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

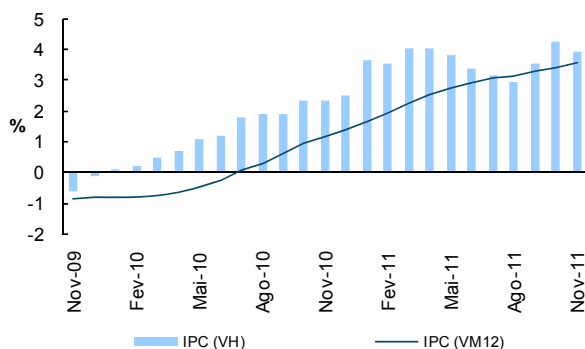
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011			2011			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Sep	Out	Nov
Taxa de Desemprego	%	INE	10.8	10.9	11.1	12.4	12.1	12.4	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-15	-11	-15	-2.8	-2.0	-2.2	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	3.3	8.9	3.3	-3.5	-6.0	-0.3	-3.0	-0.3	3.0	6.7
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6.7	-6.8	-7.5	-11.0	-2.2	10.7	6.6	17.2	22.4	20.0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	4.9	-0.3	-12.4	-10.3	-23.8	-24.5	-23.6	-23.7	-23.8	-23.2
Contratação Coletiva	VHA	MSSS	2.4	2.4	2.4	2.4	2.0	15	15	15	15	15
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	14	-0.1	4.2	0.8	-0.8	0.8	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	16	12	17	2.5	3.3	2.7	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em novembro o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma desaceleração dos preços de 0,3 p.p. face a outubro com um crescimento de 3,9%. A variação média dos últimos 12 meses do IPC subiu no entanto 0,2 p.p. para os 3,6%.

Figura 2.15. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

As categorias que mais contribuíram para o aumento do IPC foram novamente os transportes e a habitação, água e eletricidade, com subidas de 8,2% e 10,5% respetivamente. Verifica-se nas duas categorias um forte impacto dos preços dos produtos energéticos que em novembro apresentaram um crescimento de 15,9%, refletindo também o aumento da taxa do IVA no gás e eletricidade, dos 6% para os 23%.

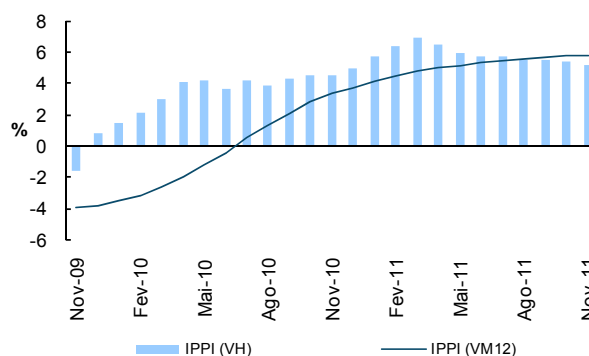
Os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, as bebidas alcoólicas e tabaco e a saúde, com aumentos de preços de 2,1%, 6,5% e 5,5%, respetivamente, foram outras categorias com contributo relevante para a evolução dos preços. Não houve nenhuma categoria com contributo negativo, isto apesar de o vestuário e calçado e o lazer, recreação e cultura terem apresentando reduções em termos homólogos de 1,5% e 0,2%, respetivamente.

Os preços dos bens e dos serviços acompanharam a desaceleração observada no IPC com crescimentos de 5% (0,4 p.p. inferior face ao mês anterior) e de 2,3% (menos 0,1 p.p. que em outubro), respetivamente. O abrandamento mais pronunciado nos bens levou a que o diferencial entre ambos descesse 0,2 p.p. para os 2,8 p.p..

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) situou-se nos 2,1%, uma redução de 0,9 p.p. face ao valor de outubro. O diferencial face ao IPC total subiu 0,6 p.p. para os 1,9 p.p..

Em novembro o Índice de Preços na Produção Industrial apresentou um abrandamento do crescimento dos preços com um aumento de 5,2%, 0,3 p.p. inferior ao do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses estabilizou nos 5,8%.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fontes: INE.

Os bens de consumo não duradouros e a energia, com subidas de 3% e 11,7%, respetivamente, foram os agrupamentos industriais onde se verificaram os maiores aumentos de preços. As secções onde se registaram as maiores subidas foram a Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio e a Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição com crescimentos de 6,5% e 6,2%, respetivamente.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor para Portugal decresceu 0,2 p.p. em novembro face ao mês anterior, observando-se um crescimento de 3,8%. Na zona euro o crescimento manteve-se estável nos 3%. Desta evolução resultou uma diminuição de 0,2 p.p. do diferencial entre ambos, que se situou nos 0,8 p.p..

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

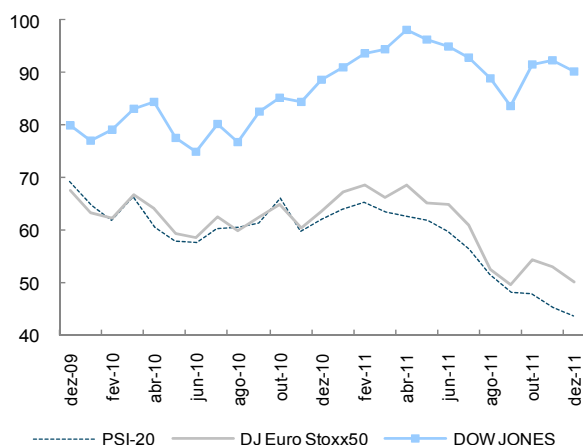
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011								
				Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	1,6	0,4	-0,1	-0,2	-0,1	-0,4	0,8	1,1	-0,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	4,0	4,1	3,8	3,4	3,2	2,9	3,6	4,2	3,9
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	14	2,3	2,5	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,6
IPC – Bens	VH	"	17	4,8	4,8	4,6	3,9	3,6	3,1	4,2	5,4	5,0
IPC – Serviços	"	"	10	2,7	2,9	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,4	2,3
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,2	2,4	2,6	2,5	2,3	2,1	1,8	2,5	3,0	2,1
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,7	7,0	6,6	6,0	5,8	5,7	5,5	5,5	5,5	5,2
IHPC	"	"	14	3,9	4,0	3,7	3,3	3,0	2,8	3,5	4,0	3,8
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	-0,2	1,2	1,2	1,0	0,6	0,5	0,2	0,5	1,0	0,8

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em dezembro de 2011, os índices bolsistas internacionais tornaram a evoluir desfavoravelmente, traduzindo, em parte, a intensificação da crise da dívida soberana na área do euro e o aumento da incerteza relativa à perspetiva do crescimento económico mundial nos próximos anos.

Assim, em dezembro e, no dia 19, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* desceram 5,5% e 2,3%, respetivamente, face ao final do mês de novembro.

Figura 2.17. Índices Bolsistas
(abril 2007=100, fim do período)

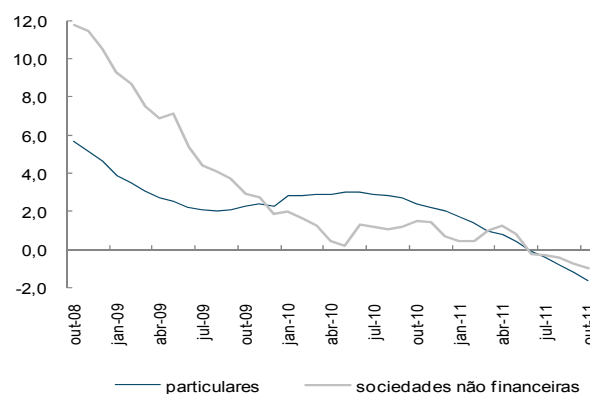


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para dezembro, o valor é do dia 19.

Já em relação ao índice PSI-20, este também continuou a apresentar uma tendência descendente, apesar de ultimamente ter sido menos acentuada do que na área do euro. Em dezembro e, no dia 19, o índice PSI-20 diminuiu 3,8% face ao final do mês de novembro.

Em outubro de 2011, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao setor privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -1,3% (-1,0% em setembro). Para esta evolução contribuiu uma diminuição tanto do crédito dirigido às empresas como aos particulares.

Figura 2.18. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

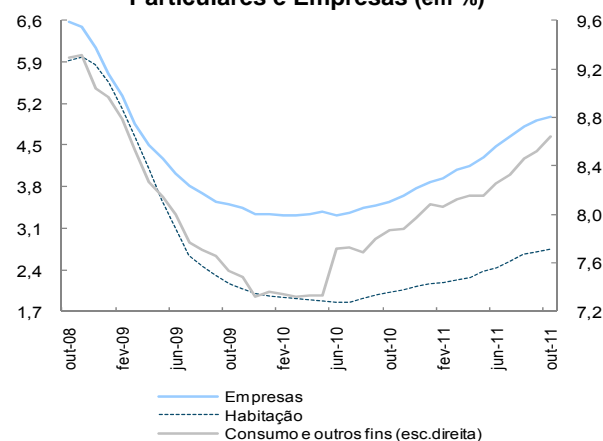


Fonte: Banco de Portugal.

Assim, dentro do segmento dos particulares, os empréstimos para a aquisição de habitação prosseguiram a tendência de desaceleração, tendo continuado a apresentar, em outubro, uma taxa de variação negativa (-1,0%). Igualmente, o crédito destinado ao consumo manteve uma variação negativa para -4,5% (-4,2% em setembro).

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido mais pronunciada para o crédito ao consumo e outros fins, a qual se situou em 8,64% em outubro (8,52% em setembro).

Figura 2.19. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

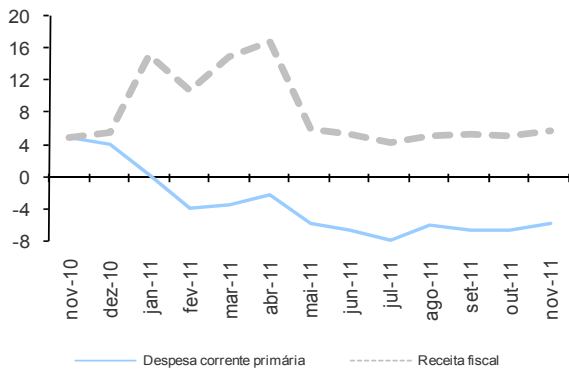
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011											
				mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,6	8,4	9,5	9,7	9,6	10,6	10,2	10,9	11,6	13,5			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	365	511	624	672	665	803	795	895	952	1120			
PSI 20*	VC	CMVM	-10,3	-3,0	-1,0	-1,6	-3,1	-5,9	-8,3	-6,8	-0,4	-5,7			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,4	1,6	1,3	0,9	0,4	0,0	-0,3	-0,7	-1,0	:			
- para consumo	va**	"	0,6	-1,0	-1,5	-2,4	-2,5	-3,1	-3,7	-4,2	-4,5	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	0,7	1,0	1,3	0,8	-0,3	-0,3	-0,4	-0,7	-1,0	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,12	2,22	2,26	2,36	2,44	2,54	2,66	2,71	2,74	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	3,77	4,08	4,15	4,30	4,49	4,64	4,82	4,92	4,97	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até novembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 9902 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 3050 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O défice primário foi de 3917 milhões de euros, menos 4096 milhões de euros do que o registado no mesmo período de 2010.

Figura 2.20. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao período homólogo de 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 5,7%, justificado pelo crescimento de 8,5% na receita dos impostos diretos e de 3,9% dos impostos indiretos. Nos impostos diretos, o contributo é dado pela receita do IRC, que cresce 13%, e pelo IRS, que cresce 6%, em aceleração face ao mês anterior, em resultado, principalmente, do impacto favorável decorrente da cobrança de parte da sobretaxa extraordinária. Nos impostos indiretos, esta variação é o resultado do crescimento da receita do IVA em 8,3%, em desaceleração face ao mês anterior (9,6%), justificado pelo aumento dos reembolsos. A receita não fiscal apresentou um crescimento de 7,6%, justificada, principalmente, pelas participações para a ADSE (111,1%), outras receitas correntes (158,2%) e transferências correntes (21,3%); e
- um decréscimo da despesa total em 2,5% e da despesa primária em 5,4%. Para este resultado contribuíram o decréscimo das transferências para as administrações públicas (-6,9%), das despesas com pessoal (-10,2% ou -6,1% expurgando o efeito da alteração metodológica¹) e, com menor impacto, dos subsídios (-53%).

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

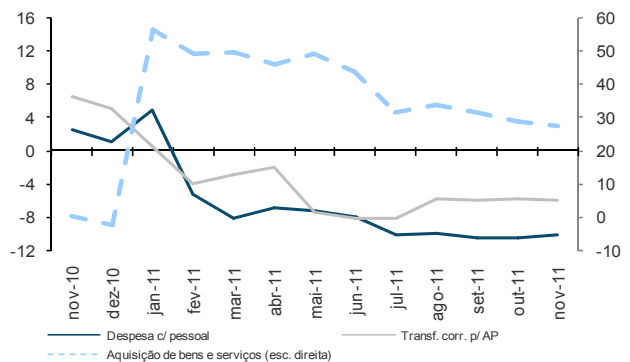
	2010		2011		2011			
	Jan a nov	2011	Jan a nov	2011	ago	set	out	nov
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. * (%)		VHA (%)			
Receita Total	32229	34141	88,4	85,8	4,8	5,1	5,2	5,9
Receita corrente	31717	33821	91,6	87,8	5,6	6,0	6,1	6,6
Impostos diretos	11619	12601	87,3	86,2	5,4	6,7	6,0	8,5
Impostos indiretos	17272	17947	97,5	90,8	4,8	4,5	4,7	3,9
Despesa Total	45131	44043	86,4	90,0	-2,9	-3,8	-3,6	-2,5
Despesa corrente primária	37644	35428	89,0	89,9	-6,0	-6,8	-6,7	-5,9
Despesa corrente:	42533	41412	89,1	90,6	-3,9	-4,6	-4,2	-2,7
Despesa com pessoal	10451	9395	90,3	93,0	-10,0	-10,5	-10,5	-10,2
Aquisição bens e serviços	1091	1391	68,5	69,3	33,7	31,3	28,9	27,5
Subsídios	354	171	50,3	27,6	-46,0	-49,5	-51,5	-53,0
Juros	4939	5984	89,8	95,0	14,2	12,7	11,7	21,2
Transferências corr. p/AP	22816	21450	92,0	92,9	-5,9	-6,0	-5,8	-6,0
Saldo Global	-12952	-9902	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-8014	-3917	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

¹Em 2011, foi introduzida a contribuição patronal para a ADSE (registada em despesas com pessoal) e os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração direta do Estado passaram a ser registadas como aquisição de bens e serviços (enquanto até 2010 estavam registados como despesas com o pessoal). Desta forma, evita-se a duplicação da despesa com encargos em saúde nos serviços que pagam a contribuição e na ADSE que efetua a despesa final.

Em sentido contrário, destaca-se o aumento das despesas com juros e outros encargos (21,2%), bem como das outras transferências de capital (161,3%), em resultado da regularização de responsabilidades do Estado a concessionárias de infraestruturas rodoviárias ocorrida em Junho, parcialmente compensado no ano de 2010 pela transferência de capital para o IAPMEI no âmbito dos apoios à economia, e da aquisição de bens e serviços (27,5%, que retirando o efeito da reclassificação da despesa da ADSE, seria de -11,9%).

Figura 2.21. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de novembro, a dívida direta do Estado situava-se em 174,7 mil milhões de euros, reduzindo-se 1,2% face ao mês anterior. A variação da dívida refletiu essencialmente a amortização líquida de BT (1129,6 milhões de euros), de outra dívida não transacionável (946,7 milhões de euros), de Certificados de Aforro (272,4 milhões de euros) e, em menor grau, de CEDIC (154,6 milhões de euros).

Em sentido contrário registou-se uma emissão líquida de ECP de 89,4 milhões de euros e de Certificados do Tesouro (14,7 milhões de euros). As variações cambiais contribuíram para um acréscimo do saldo da dívida em 294,4 milhões.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

	31-out-11	nov-11			01-nov-11
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	123 753	3 358	4 398	80	122 793
Bilhetes do Tesouro	14 847	2 831	3 960	0	13 717
Obrigações do Tesouro	103 940	0	0	0	103 940
Não Transacionável	21 528	2 278	3 637	0	20 169
Cert. de Aforro e do Tesouro	13 201	61	319	0	12 943
CEDIC e CEDIM	5 136	1 662	1 816	0	4 981
Prog. de Assist. Financeira	31 510	0	0	214	31 725
Total	176 792	5 636	8 035	294	174 687

Fonte: IGCCP.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até novembro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 1041,2 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 574,5 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento da receita de 1,2%, explicada pela transferência de capital para a CGA, relacionada com a operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, pelos rendimentos auferidos em aplicações financeiras e pelas transferências da UE no âmbito dos diversos fundos estruturais. No sentido oposto, as contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE registam um decréscimo de 5,8%, explicado pela diminuição da compensação por pagamento de pensões de entidades fora das administrações públicas (devido à integração na CGA dos fundos de pensões respectivos) e de quotas e contribuições para a CGA (em consequência do aumento das aposentações e da aplicação da medida de contenção nas remunerações totais); e
- um decréscimo da despesa em 1,5%, devido à diminuição das outras despesas correntes e da aquisição de bens e serviços, influenciado pela ausência de reporte em 2010 da Administração Regional de Saúde do Centro. Com impacto no aumento da despesa, verifica-se o crescimento das despesas com pessoal (5,9%, ou -7,5% considerando um universo comparável), das transferências correntes (2,1%), justificado pelo aumento dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA e outras entidades, e das outras transferências de capital (8,6%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos					
	2010		2011		2011	
	jan a nov		jan a nov		out	nov
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	
Receita Total	2177	2193	76,8	86,4	19	12
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 682	3 468	85,8	82,8	-6,2	-5,8
Transferências correntes das Adm. Públicas	14 550	14 297	90,1	91,5	-12	-17
Despesa Total	21251	20 932	79,4	83,9	-0,1	-1,5
Despesa com pessoal	2 436	2 579	71,0	80,3	7,2	5,9
Aquisição de bens e serviços	7 306	7 226	80,6	86,7	-5,6	-11
Transferências correntes	9 496	9 694	86,8	89,8	14	2,1
Saldo Global	467	1041	-	-	-	-

Fonte: DGO.

Serviço Nacional de Saúde

Execução financeira consolidada do SNS

Execução financeira consolidada do SNS

Até novembro, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um défice de 272,9 milhões de euros, o que constitui uma redução de 147,9 milhões de euros face ao registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 6,3%, justificado pela redução da transferência do Orçamento do Estado (6,8%) no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 7,7%, devido à diminuição da despesa com subcontratos (-7,3%, onde se destacam as reduções observadas na comparticipação de medicamentos, nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica), das despesas com pessoal (-6,8%, que conjuga o efeito da redução da massa salarial, da gestão mais rigorosa das horas extraordinárias e dos suplementos remuneratórios e número de aposentações) e das outras despesas (-25,3%).

Quadro 2.11. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2010	2011	2011	
	jan a nov		out-11	nov-11
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	8 212	7 696	-6,4	-6,3
Transferências do Orçamento do Estado	7969	7426	-6,9	-6,8
Prestação de serviços	78	93	16,4	19,0
Outras receitas	164	177	5,7	8,1
Despesa Total	8 632	7 969	-7,7	-7,7
Despesa com pessoal	980	914	-6,5	-6,8
Subcontratos	7 025	6 449	-8,0	-8,2
Outras despesas	545	470	-5,3	-13,8
Saldo Global	- 421	- 273	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

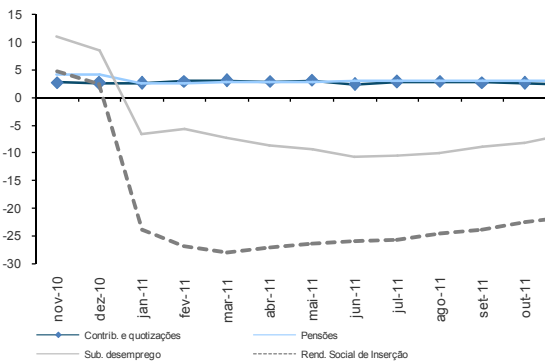
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até novembro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 963,1 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 251,1 milhões de euros face ao mesmo período de 2010.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2010, caracterizou-se por:

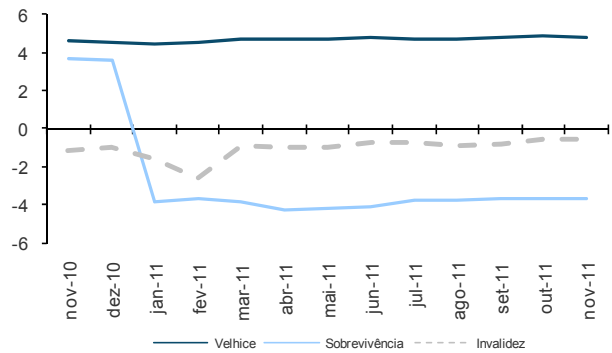
- uma diminuição da receita em 1,2% face ao ano anterior em resultado essencialmente da redução das transferências correntes da Administração Central (-12,7%) e da receita de capital (-87,0%), compensada parcialmente pelo aumento das contribuições e quotizações (2,2%), das transferências do Fundo Social Europeu (25,7%), das outras receitas correntes (21,9%) e do IVA social (2,5%); e
- uma ligeira redução da despesa (-0,1%), refletindo a diminuição dos encargos com o subsídio familiar a crianças e jovens (-31,5%), com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-6,7%), com o Rendimento Social de Inserção (-21,5%), com a ação social (-2,9%), das outras despesas correntes (-5,2%) e das despesas de administração (-8,9%). Em sentido contrário, a despesa com pensões aumentou 3,1% e com outras prestações subiu 4,1%. As despesas com ações de formação profissional cresceram 17,8%, em particular as com suporte no Fundo Social Europeu (20,7%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 2,5% nas pensões de velhice da Segurança Social e de 10,9% no subsídio de doença, registando-se uma diminuição de 0,1% nos subsídios de desemprego e social de desemprego e de 2,4% na pensão de invalidez.

Figura 2.22. Execução Orçamental da Seg. Social (VHA, em %)



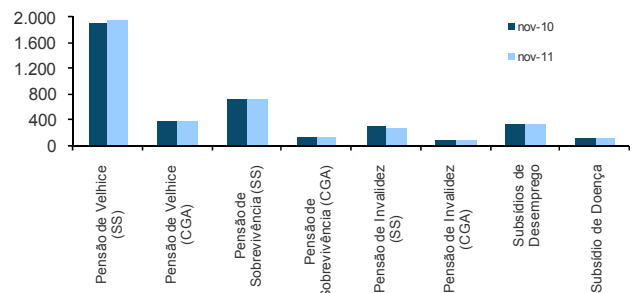
Fonte: DGO

Figura 2.23. Despesa em Pensões da Seg. Social (VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.24. Número de Pensões Subsídios Atribuídos (milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até novembro, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 174,2 milhões de euros, que compara com o défice de 107,2 milhões de euros no período homólogo. A receita total aumentou 8,8%, refletindo, fundamentalmente, a cedência de um crédito da CGA sobre a PT Comunicações, S.A., no âmbito da assunção de responsabilidades com as pensões e outros abonos dos trabalhadores da PT que, após renegociação, sofreu uma anulação de 144,2 milhões de euros com impacto na despesa de capital. A despesa total aumentou 5,1%, como resultado fundamentalmente do aumento da despesa em pensões (3,3%) e da referida anulação do crédito sobre a PT Comunicações, S.A.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 3,6% nas pensões de velhice e de 1,1% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2010		2011		2010		2011			
	jan a nov		jan a nov		jan a nov		jan a nov			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	21586	21328	-1,2	90,5	88,6	7762	8446	8,8	74,8	91,4
Contribuições e quotizações	12048	12319	2,2	89,4	87,3	3678	3463	-5,8	85,8	82,8
Transferências correntes da Adm. Central	7226	6309	-12,7	91,4	90,8	3987	4247	6,5	99,2	99,2
Despesa Total	20382	20365	-0,1	88,0	85,9	7869	8272	5,1	93,2	93,3
Pensões	12019	12396	3,1	85,8	85,3	7835	8090	3,3	93,2	93,5
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	2046	1909	-6,7	92,1	90,6	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	4229	3840	-9,2	91,5	87,4	-	-	-	-	-
Saldo Global	1204	963	-	-	-	-107	174	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARl.

Administração Central e Segurança Social

Até novembro, o défice global provisório da Administração Central e Segurança Social foi de 7897,6 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 3370,9 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. A receita total exibiu um grau de execução de 87,4%, face ao objetivo traçado no Orçamento do Estado, com a receita corrente e a receita de capital a apresentarem níveis de execução de 88,3% e 62,5%, respetivamente. A despesa total revelou um grau de execução orçamental ligeiramente inferior ao da receita, situando-se em 87,2%, refletindo as execuções de 89,1% e 63,3% da despesa corrente e da despesa de capital, respetivamente.

Administrações Local e Regional

Administração Regional

De janeiro a outubro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 39,8 milhões de euros, o que revela uma melhoria de 58,3 milhões de euros face ao valor registado até ao mês anterior. Este comportamento deveu-se à melhoria dos saldos orçamentais registados em ambas as Regiões Autónomas, de 37,5 milhões de euros na Região Autónoma da Madeira e 20,8 milhões de euros na Região Autónoma dos Açores.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao valor acumulado até outubro, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 14,3%, devido, sobretudo, ao aumento das transferências do Estado (27,3%) e da receita fiscal (8,8%); e
- um crescimento da despesa total em 10,3%, refletindo, essencialmente, o comportamento da despesa com pessoal (9,9%), das outras transferências correntes (8,5%), da aquisição de bens e serviços (12,3%) e da despesa de capital (8,4%).

Quadro 2.13. Execução Orçamental da Administração Regional

	Administração Regional			
	2011		2011	
	jan a set	jan a out	jan a set	jan a out
	10 ⁶ euros		VC (%)	
Receita total	1 512	1 728	12,0	14,3
Impostos	824	897	16,6	8,9
Transferências correntes	392	434	4,8	10,6
Despesa total	1 530	1 688	13,7	10,3
Pessoal	549	603	11,2	9,9
Aquisição de bens e serviços	220	247	11,7	12,3
Transferências correntes	403	441	16,6	9,4
Investimento	137	148	20,4	7,8
Saldo global	- 19	40	-	-

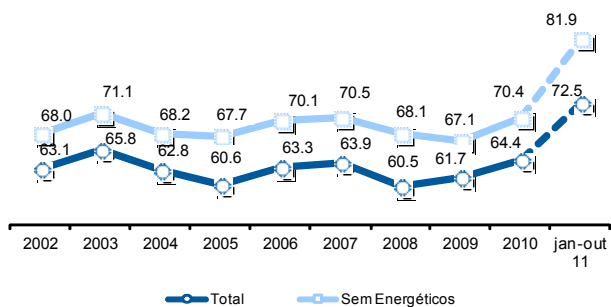
Fonte: DGO.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros dez meses de 2011 as exportações de mercadorias cresceram 16,1% e as importações 3,8% ^[3] em termos homólogos. Neste contexto, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 18,8%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram a uma taxa significativamente superior à das importações (16% e 0,5%, respetivamente) (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a outubro			VH	
	2010	2011	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	30,303	35,196	16.1	15.2	16.5
Importações (cif)	46,768	48,558	3.8	-0.8	5.4
(fob)	44,565	46,271	3.8	-0.8	5.4
Saldo (fob-cif)	-16,465	-13,362	-18.8	-29.5	-14.5
(fob-fob)	-14,262	-11,075	-22.3	-33.9	-17.5
Cobertura (fob/cif)	64.8	72.5	-	-	-
(fob/fob)	68.0	76.1	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	28,184	32,704	16.0	13.6	16.4
Importações (cif)	39,758	39,940	0.5	-3.6	2.6
(fob)	37,886	38,059	0.5	-3.6	2.6
Saldo (fob-cif)	-11,574	-7,236	-37.5	-47.6	-29.5
(fob-fob)	-9,701	-5,355	-44.8	-56.4	-35.5
Cobertura (fob/cif)	70.9	81.9	-	-	-
(fob/fob)	74.4	85.9	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	7,567	8,921	17.9	23.1	18.2
Importações (cif)	11,706	13,183	12.6	6.0	13.0
(fob)	11,155	12,563	12.6	6.0	13.0
Saldo (fob-cif)	-4,139	-4,263	3.0	-23.6	3.0
(fob-fob)	-3,588	-3,642	1.5	-28.0	1.3
Cobertura (fob/cif)	64.6	67.7	-	-	-
(fob/fob)	67.8	71.0	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas: Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010 e 2011: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº12/2011").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de outubro de 2011 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intradat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as importações e 250 mil para as exportações, em 2010). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intradat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Entre janeiro e outubro de 2011, as exportações passaram a representar 72,5% das importações, o que equivale a um acréscimo de 7,7 p.p na taxa de cobertura das importações pelas exportações face ao período homólogo. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 81,9% das importações (+11 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a outubro

janeiro a outubro	Valores em milhões de Euros		
	2010	2011	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	30 303	35 196	16,1
Importações (cif)	46 768	48 558	3,8
Saldo (fob-cif)	- 16 465	- 13 362	-18,8
Cobertura (fob/cif)	64,8	72,5	-
Intra UE			
Exportações (fob)	22 736	26 275	15,6
Importações (cif)	35 062	35 375	0,9
Saldo (fob-cif)	- 12 326	- 9 100	-26,2
Cobertura (fob/cif)	64,8	74,3	-
Extra UE			
Exportações (fob)	7 567	8 921	17,9
Importações (cif)	11 706	13 183	12,6
Saldo (fob-cif)	- 4 139	- 4 263	3,0
Cobertura (fob/cif)	64,6	67,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Relativamente ao comércio Intra UE, nos primeiros dez meses do corrente ano o défice da balança comercial recuperou 26,2% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 15,6% e as importações 0,9%. O saldo negativo da balança comercial Extra UE agravou-se em 3% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2010	2011	TVH	2010	2011	TVH
jan	4 014	4 453	10,9	2 608	3 121	19,7
fev	4 230	4 636	9,6	2 719	3 314	21,9
mar	5 029	5 475	8,9	3 333	3 779	13,4
abr	4 485	5 010	11,7	2 962	3 441	16,2
mai	4 679	5 438	16,2	3 048	3 701	21,4
jun	5 544	4 607	-16,9	3 137	3 588	14,4
jul	4 645	4 906	5,6	3 402	3 777	11,0
ago	4 177	4 223	1,1	2 512	2 917	16,1
set	4 884	5 096	4,4	3 314	3 777	14,0
out	5 082	4 713	-7,3	3 267	3 781	15,7
nov	5 095			3 327		
dez	5 190			3 133		
1º trim	13 273	14 565	9,7	8 659	10 213	17,9
2º trim	14 708	15 055	2,4	9 148	10 730	17,3
3º trim	13 706	14 225	3,8	9 228	10 472	13,5
4º trim	15 367			9 727		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Entre janeiro e outubro de 2011, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 16,1%. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 16%.

Todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento das exportações totais de mercadorias, destacando-se o “Material de Transporte” (+3,2 p.p.), os “Químicos” (+2,7 p.p.) e os “Minérios e Metais” (+2,6 p.p.). O grupo das “Máquinas” continua a ser o que maior peso tem na estrutura das exportações de mercadorias (14,5%). Segue-se o “Material de Transporte” cujas exportações representam 13,3% das exportações totais de mercadorias.

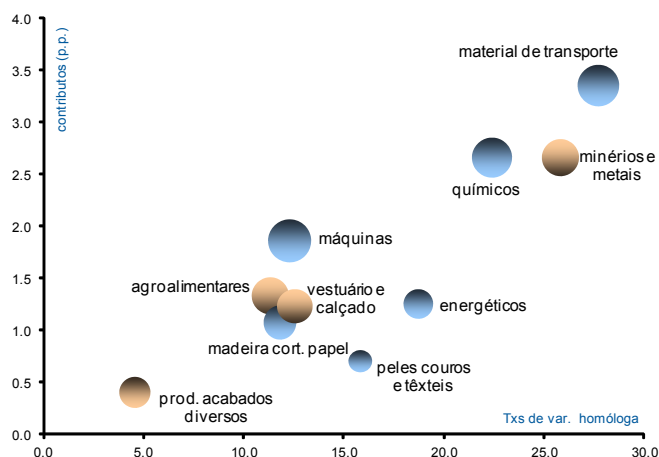
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações nos últimos 12 meses a terminar em outubro de 2011.

Pela sua análise e dos valores que constam no Quadro 3.4 conclui-se que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+16,5%), registando, conseqüentemente, taxas de variação homóloga positivas. (Quadros 3.1 e 3.4).

Tal como nos primeiros dez meses de 2011, os grupos de produtos “Material de Transporte”, “Minérios e Metais” e “Químicos” foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações de mercadorias no último ano a terminar em outubro de 2011 (contributos de 3,4 p.p., 2,7 p.p. para os últimos dois grupos, respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2011
(Total: 16,5%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-out		Anual		jan-out		últimos 12 meses ^[1]		jan-out	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	30 303	35 196	100,0	100,0	100,0	100,0	16,5	16,5	16,1	16,1
000 Agro-Alimentares	3 476	3 867	8,7	11,7	11,5	11,0	11,4	1,3	11,3	1,3
100 Energéticos	2 119	2 492	4,1	6,7	7,0	7,1	18,7	1,3	17,6	1,2
200 Químicos	3 637	4 459	10,5	11,9	12,0	12,7	22,4	2,7	22,6	2,7
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 781	3 046	8,9	9,2	9,2	8,7	11,8	1,1	9,5	0,9
400 Peles, Couros e Têxteis	1 337	1 538	5,3	4,4	4,4	4,4	15,8	0,7	15,1	0,7
500 Vestuário e Calçado	2 981	3 347	12,4	9,8	9,8	9,5	12,5	1,2	12,3	1,2
600 Minérios e Metais	3 127	3 907	9,1	10,5	10,3	11,1	25,8	2,7	24,9	2,6
700 Máquinas	4 528	5 115	19,4	14,9	14,9	14,5	12,3	1,9	13,0	1,9
800 Material de Transporte	3 702	4 681	13,9	12,4	12,2	13,3	27,7	3,4	26,5	3,2
900 Produtos Acabados Diversos	2 617	2 743	7,7	8,6	8,6	7,8	4,6	0,4	4,8	0,4

Por memória:

Total sem energéticos	28 184	32 704	95,9	93,3	93,0	92,9	16,4	15,3	16,0	14,9
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2011

[2] $(\text{nov } 10 - \text{out } 11) / (\text{nov } 09 - \text{out } 10) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

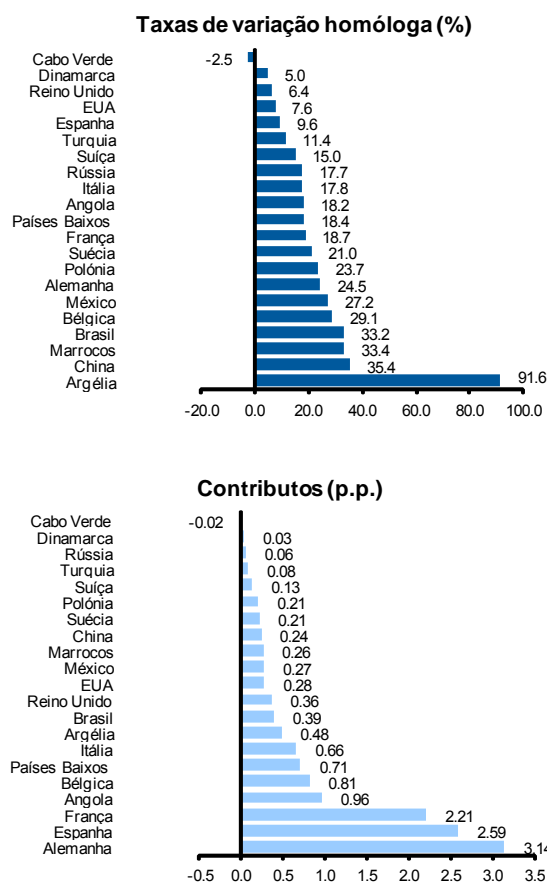
Entre janeiro e outubro de 2011, as exportações para a UE, assim como as exportações com destino aos países da UE-15, cresceram, em termos homólogos, 15,6%. As exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 15,9%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento superior de 17,9% (Quadro 3.5). As exportações de mercadorias para a UE continuaram a ser as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+11,2 p.p.). O contributo das exportações para os países terceiros foi de 4,5 p.p.

As exportações de mercadorias para a Alemanha e para a Espanha foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (com contributos de 3 p.p. e 2,6 p.p., respetivamente). As exportações de mercadorias para a França e para o Reino Unido registaram crescimentos homólogos de 18,9% e 6,5%, respetivamente.

No último ano a terminar em outubro de 2011, as exportações para os países Intra UE cresceram 16%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de crescimento homólogo de 15,9%. As exportações com destino à Alemanha (+3,1 p.p.) e à Espanha (2,6 p.p.) foram, também, as que mais contribuíram para o crescimento das exportações neste período.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+91,6%), China (+35,4%) e Marrocos (+33,4%). Em sentido oposto, as exportações para Cabo Verde decresceram 2,5% (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2011



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			anual		jan-out		média anual 05-10*	12 meses [1]		jan-out	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011		VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
	Valores em milhões de Euros										
TOTAL	30 303	35 196	100.0	100.0	100.0	100.0	3.4	16.5	16.5	16.1	16.1
Intra UE-27	22 736	26 276	80.3	75.0	75.0	74.7	2.0	16.0	12.0	15.6	11.7
dos quais:											
UE-15	21 807	25 199	78.4	71.9	72.0	71.6	1.6	15.9	11.4	15.6	11.2
Espanha	8 064	8 854	27.6	26.6	25.2	25.2	2.6	9.6	2.6	9.8	2.6
Alemanha	3 925	4 840	12.5	13.0	13.0	13.8	4.3	24.5	3.1	23.3	3.0
França	3 591	4 271	13.5	11.8	11.9	12.1	0.6	18.7	2.2	18.9	2.2
R.Unido	1 680	1 790	8.3	5.5	5.5	5.1	-4.8	6.4	0.4	6.5	0.4
P.Baixos	1 189	1 418	4.0	3.8	3.9	4.0	2.4	18.4	0.7	19.2	0.8
Itália	1 133	1 304	4.4	3.8	3.7	3.7	0.6	17.8	0.7	15.1	0.6
Bélgica	861	1 094	3.9	2.9	2.8	3.1	-2.9	29.1	0.8	27.1	0.8
Suécia	298	365	1.1	1.0	1.0	1.0	1.4	21.0	0.2	22.4	0.2
Dinamarca	214	218	0.8	0.7	0.7	0.6	0.4	5.0	0.0	2.0	0.0
Alargamento	929	1 076	1.8	3.1	3.1	3.1	14.6	18.4	0.6	15.9	0.5
Polónia	263	332	0.5	0.9	0.9	0.9	13.3	23.7	0.2	26.3	0.2
Extra UE-27	7 567	8 921	19.7	25.0	25.0	25.3	8.4	18.2	4.5	17.9	4.5
dos quais:											
Angola	1 521	1 841	2.6	5.2	5.0	5.2	19.0	18.2	1.0	21.1	1.1
EUA	1 110	1 194	5.3	3.6	3.7	3.4	-4.3	7.6	0.3	7.6	0.3
Brasil	355	472	0.6	1.2	1.2	1.3	19.8	33.2	0.4	33.0	0.4
México	338	390	0.3	1.1	1.1	1.1	36.2	27.2	0.3	15.4	0.2
Suíça	277	312	0.8	0.9	0.9	0.9	5.7	15.0	0.1	12.9	0.1
Marrocos	248	322	0.4	0.8	0.8	0.9	18.2	33.4	0.3	30.1	0.2
Turquia	226	253	0.7	0.7	0.7	0.7	3.0	11.4	0.1	12.3	0.1
Cabo Verde	220	210	0.5	0.7	0.7	0.6	12.1	-2.5	0.0	-4.3	0.0
China	190	280	0.5	0.6	0.6	0.8	6.6	35.4	0.2	47.1	0.3
Argélia	165	310	0.2	0.6	0.5	0.9	31.3	91.6	0.5	87.8	0.5
Por memória:											
Gibraltar	185	193	0.1	0.6	0.6	0.5	62.7	4.1	0.0	4.2	0.0
PALOP	1 934	2 315	3.4	6.6	6.4	6.6	17.8	17.5	1.2	19.7	1.3
EFTA	353	393	1.1	1.1	1.2	1.1	3.4	12.8	0.1	11.4	0.1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2011

[2] $(\text{nov } 10 - \text{out } 11) / (\text{nov } 09 - \text{out } 10) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \times 100$.

Importações de Mercadorias

Nos primeiros dez meses de 2011, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 3,8% relativamente a igual período no ano transato (Quadro 3.6).

As importações de produtos “Energéticos” (+3,4 p.p.), “Agro alimentares” (+1,7 p.p.) e Químicos” (+1,4 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das importações.

No último ano a terminar em outubro de 2011, as importações cresceram 5,4%. Os “Produtos Energéticos” (+3,2 p.p.), os “Agro alimentares” (+1,6 p.p.) e os “Químicos” (+ 1,5 p.p.) foram os grupos de produtos que mais contribuíram para o crescimento das importações.

A UE-27 permanece como principal mercado de origem das importações, tendo representado 72,9% das importações de mercadorias entre janeiro e outubro de 2011.

Por sua vez, a Espanha continua a ser o principal mercado de origem das importações de mercadorias (31,3% do total).

Entre janeiro e outubro de 2011, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 0,9%, sendo que provenientes dos países da UE-15 aumentaram 0,7% e as provenientes dos países do Alargamento 8,4%. As importações de mercadorias provenientes da Espanha foram as que mais contribuíram para o aumento das importações (+1,6 p.p.).

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 12,6% em termos homólogos. Destaca-se a importância relativa das importações provenientes da Nigéria (2,9%), do Brasil e da China (ambos com 2,7%), no total das importações de mercadorias. Neste período, as importações de mercadorias provenientes de Angola (+73,5%), do Brasil (+54,8%) e da Arábia Saudita (+51,1%) foram as que registaram maior crescimento homólogo.

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10º Euros (Cif) jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-out		12 meses ^[1]		jan-out	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	46 768	48 558	100.0	100.0	100.0	100.0	5.4	5.4	3.8	3.8
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	6 489	7 264	119	13.8	13.9	15.0	113	16	119	17
100-Energéticos	7 010	8 618	14.1	14.6	15.0	17.7	216	3.2	22.9	3.4
200-Químicos	7 175	7 812	13.3	15.2	15.3	16.1	9.6	15	8.9	14
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 143	2 246	4.7	4.6	4.6	4.6	5.8	0.3	4.8	0.2
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 195	3 276	6.8	6.8	6.8	6.7	4.2	0.3	2.6	0.2
500-M inérios e Metais	3 995	4 328	9.2	8.5	8.5	8.9	8.6	0.7	8.3	0.7
600-M áquinas [4]	7 593	7 208	20.5	16.4	16.2	14.8	-3.1	-0.5	-5.1	-0.8
700-M aterial de Transporte [5]	6 301	5 257	13.5	14.1	13.5	10.8	-7.3	-10	-16.6	-2.2
800-Prod. Acabados Diversos	2 868	2 549	6.0	5.9	6.1	5.2	-9.6	-0.6	-11.1	-0.7
Total sem energéticos	39 758	39 940	85.9	85.4	85.0	82.3	2.6	2.2	0.5	0.4
Mercados de origem										
Intra UE-27	35 062	35 375	77.6	75.7	75.0	72.9	2.9	2.2	0.9	0.7
dos quais:										
UE-15	33 971	34 192	75.8	73.4	72.6	70.4	2.8	2.0	0.7	0.5
Espanha	14 457	15 184	30.7	31.2	30.9	31.3	5.6	1.8	5.0	1.6
Alemanha	6 175	6 029	14.4	13.9	13.2	12.4	6.1	0.8	-2.4	-0.3
França	3 429	3 347	8.7	7.3	7.3	6.9	-4.4	-0.3	-2.4	-0.2
Itália	2 672	2 582	5.9	5.7	5.7	5.3	-2.0	-0.1	-3.4	-0.2
Países Baixos	2 449	2 345	4.5	5.1	5.2	4.8	-2.7	-0.1	-4.3	-0.2
Reino Unido	1 754	1 648	4.3	3.8	3.7	3.4	-1.8	-0.1	-6.0	-0.2
Bélgica	1 338	1 288	2.9	2.9	2.9	2.7	-0.6	0.0	-3.7	-0.1
Suécia	491	510	1.1	1.0	1.0	1.0	4.3	0.0	3.9	0.0
Irlanda	444	488	0.9	1.0	0.9	1.0	7.9	0.1	9.8	0.1
Alargamento	1 091	1 183	1.8	2.3	2.3	2.4	8.2	0.2	8.4	0.2
Extra UE-27	11 706	13 183	22.4	24.3	25.0	27.1	13.0	3.2	12.6	3.2
dos quais:										
China	1 330	1 289	1.1	2.8	2.8	2.7	16	0.0	-3.1	-0.1
Nigéria	1 168	1 423	1.9	2.4	2.5	2.9	14.8	0.4	21.8	0.5
Brasil	833	1 289	1.9	1.8	1.8	2.7	59.4	10	54.8	10
EUA	690	957	2.1	1.5	1.5	2.0	37.5	0.5	38.7	0.6
Líbia	623	14	0.6	1.3	1.3	0.0	-80.4	-0.9	-97.8	-1.3
Cazaquistão	576	681	0.5	1.1	1.2	1.4	22.5	0.2	18.3	0.2
Angola	505	877	0.0	1.0	1.1	1.8	54.6	0.6	73.5	0.8
Noruega	474	368	1.0	0.9	1.0	0.8	-31.4	-0.3	-22.4	-0.2
Arábia Saudita	485	732	0.8	0.9	1.0	1.5	40.2	0.4	51.1	0.5
Rússia	365	470	0.7	0.7	0.8	1.0	10.2	0.1	28.7	0.2
Índia	342	415	0.4	0.7	0.7	0.9	23.8	0.2	21.3	0.2
Suíça	306	306	0.6	0.6	0.7	0.6	-0.6	0.0	-0.2	0.0
Japão	306	282	1.1	0.6	0.7	0.6	-1.3	0.0	-7.9	-0.1
Turquia	272	87	0.7	0.6	0.6	0.2	-57.8	-0.3	-67.9	-0.4
OPEP ^[6]	3 298	3 978	6.4	6.7	7.1	8.2	17.5	1.2	20.6	1.5
EFTA	793	692	1.7	1.6	1.7	1.4	-19.1	-0.3	-12.8	-0.2
PALOP	529	911	0.1	1.1	1.1	1.9	52.4	0.6	72.3	0.8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versão provisória para 2010 e preliminar para 2011). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas: Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] Últimos 12 meses a terminar em outubro de 2011

[2] $(\text{nov } 10\text{-out } 11) / (\text{nov } 09\text{-out } 10) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

[4] Não inclui tractores.

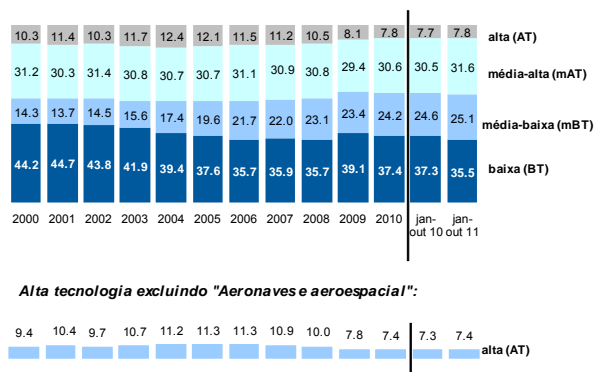
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Entre janeiro e outubro de 2011, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 16,4%. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* continuam a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (56,7%). As exportações de produtos de média alta tecnologia foram as que registaram um maior crescimento homólogo (20,7%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



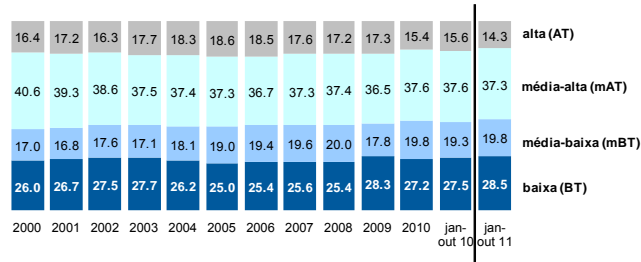
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média alta intensidade tecnológica também foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+6,3 p.p.).

As exportações dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram com 4 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados

As importações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 1,2%. Neste caso, os produtos de baixa tecnologia foram os que mais contribuíram para o crescimento das importações deste tipo de produtos (+1,3 p.p.).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em '000 Euros

Intensidade Tecnológica	2010	janeiro a outubro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ⁽¹⁾ (p.p.)	
		2010	2011	média 2005-10	2010/09	jan-out 2011/10	2009	2010	jan-out		2010	jan-out 2011
									2010	2011		
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	34 496 078	28 511 277	33 195 018	3.0	15.1	16.4	100.0	100.0	100.0	100.0	15.1	16.4
Alta tecnologia	2 686 060	2 199 265	2 590 042	-5.8	10.2	17.8	8.1	7.8	7.7	7.8	0.8	1.4
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ⁽²⁾	2 538 850	2 076 222	2 451 756	-5.3	8.3	18.1	7.8	7.4	7.3	7.4	0.7	1.3
Média-alta tecnologia	10 550 318	8 684 257	10 484 799	2.9	19.8	20.7	29.4	30.6	30.5	31.6	5.8	6.3
Média-baixa tecnologia	8 344 929	7 002 822	8 348 291	7.4	18.8	19.2	23.4	24.2	24.6	25.1	4.4	4.7
Baixa tecnologia	12 914 771	10 624 934	11 771 887	2.9	10.3	10.8	39.1	37.4	37.3	35.5	4.0	4.0
<i>Por memória:</i>												
Total das Exportações	36 762 238	30 303 012	35 195 882	3.4	16.0	16.1	100.0	100.0	100.0	100.0	16.0	16.1
Residual ⁽³⁾	2 266 160	1 791 734	2 000 864	11.0	32.1	11.7	5.4	6.2	5.9	5.7	1.7	0.7
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	47 097 923	38 360 617	38 826 559	1.7	8.3	1.2	100.0	100.0	100.0	100.0	8.3	1.2
Alta tecnologia	7 232 366	5 969 428	5 570 912	-2.1	-4.1	-6.7	17.3	15.4	15.6	14.3	-0.6	-1.0
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ⁽²⁾	6 887 619	5 687 692	5 363 107	-1.3	0.2	-5.7	16.1	14.7	14.9	13.9	0.0	-0.9
Média-alta tecnologia	17 715 298	14 429 702	14 499 926	1.9	11.5	0.5	36.5	37.6	37.6	37.3	4.3	0.2
Média-baixa tecnologia	9 336 281	7 419 830	7 699 936	2.6	20.6	3.8	17.8	19.8	19.3	19.8	4.1	0.7
Baixa tecnologia	12 813 977	10 541 656	11 055 786	3.5	4.0	4.9	28.3	27.2	27.5	28.5	1.1	1.3
<i>Por memória:</i>												
Total das Importações	57 053 115	46 768 235	48 558 284	2.1	11.0	3.8	100.0	100.0	100.0	100.0	11.0	3.8
Residual ⁽³⁾	9 955 192	8 407 618	9 731 725	4.0	26.2	15.7	15.4	17.4	18.0	20.0	4.6	2.8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas: Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

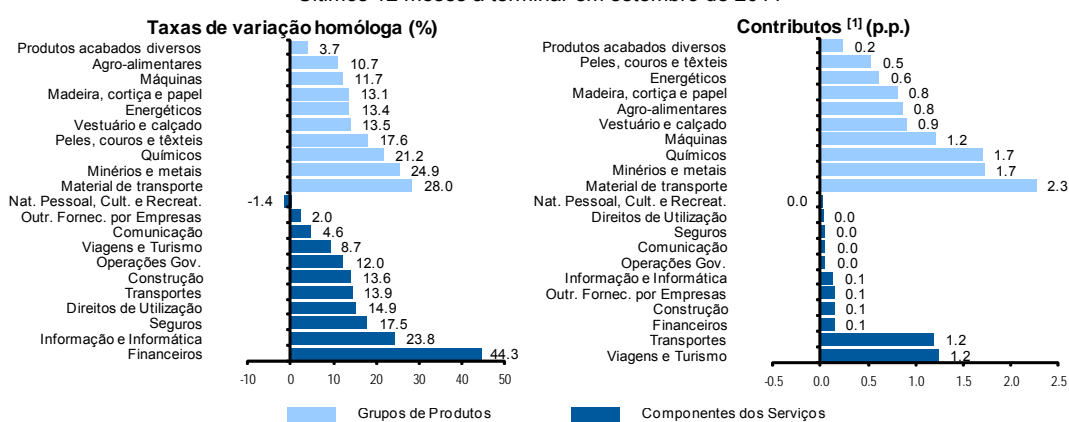
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de setembro de 2011, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços cresceram, nos primeiros nove meses de 2011, 14%, em termos homólogos. A componente dos Bens continua a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (10,8 p.p.).

Entre janeiro e setembro de 2011, a componente dos Serviços representou 31,5% do total das “Exportações” e contribuiu com 3,2 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). No que se refere às Importações (débitos) o seu peso no total foi de 17% e o seu contributo muito menos expressivo (+1p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em setembro de 2011, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços.

Neste período continuou a destacar – se o contributo positivo do Material de Transporte (+2,3 p.p.). Na componente dos serviços, de destacar os contributos dos serviços inscritos nas rubricas de Transportes e de Viagens e Turismo (ambos de +1,2 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2011



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (13,7%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a setembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2010	2011	Anual		janeiro a setembro		média anual	12 meses [1]		janeiro a setembro	
		2005	2010	2010	2011	05-10	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	40 317	45 964	100.0	100.0	100.0	100.0	4.7	13.7	13.7	14.0	14.0
Bens	27 123	31 477	71.8	67.7	67.3	68.5	3.4	15.9	10.7	16.1	10.8
Serviços	13 194	14 486	28.2	32.3	32.7	31.5	7.5	9.3	3.0	9.8	3.2
Transportes	3 456	3 907	5.9	8.6	8.6	8.5	12.9	13.9	12	13.1	11
Viagens e Turismo	5 845	6 315	14.3	14.0	14.5	13.7	4.2	8.7	12	8.0	12
Comunicação	354	367	1.0	0.9	0.9	0.8	1.6	4.6	0.0	3.7	0.0
Construção	360	421	0.7	0.9	0.9	0.9	1.3	13.6	0.1	16.9	0.2
Seguros	70	83	0.2	0.2	0.2	0.2	3.6	17.5	0.0	18.7	0.0
Financeiros	113	178	0.4	0.3	0.3	0.4	-0.3	44.3	0.1	56.8	0.2
Informação e Informática	202	265	0.3	0.5	0.5	0.6	17.9	23.8	0.1	31.0	0.2
Direitos de Utilização	24	32	0.1	0.1	0.1	0.1	-3.7	14.9	0.0	34.3	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	2 430	2 587	4.8	6.0	6.0	5.6	9.8	2.0	0.1	6.4	0.4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	138	133	0.4	0.5	0.5	0.4	10.5	-14	0.0	-7.6	0.0
Operações Governamentais	41	49	0.3	0.4	0.3	0.3	8.4	12.0	0.0	5.5	0.0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	48 376	50 934	100.0	100.0	100.0	100.0	2.7	6.8	6.8	5.3	5.3
Bens	40 233	42 298	85.6	83.5	83.2	83.0	2.2	6.9	5.7	5.1	4.3
Serviços	8 143	8 635	14.4	16.5	16.8	17.0	5.5	6.2	1.0	6.0	1.0
Transportes	2 382	2 515	4.5	4.9	4.9	4.9	4.2	5.6	0.3	5.6	0.3
Viagens e Turismo	2 253	2 269	4.3	4.5	4.7	4.5	3.8	2.5	0.1	0.7	0.0
Comunicação	330	325	0.5	0.7	0.7	0.6	6.8	0.5	0.0	-16	0.0
Construção	66	92	0.2	0.1	0.1	0.2	1.5	26.2	0.0	38.9	0.1
Seguros	185	174	0.3	0.4	0.4	0.3	7.0	-2.1	0.0	-6.0	0.0
Financeiros	174	480	0.3	0.4	0.4	0.9	5.7	153.3	0.5	176.3	0.6
Informação e Informática	266	326	0.3	0.6	0.5	0.6	13.3	18.5	0.1	22.6	0.1
Direitos de Utilização	324	289	0.5	0.6	0.7	0.6	8.6	-7.5	0.0	-10.7	-0.1
Outr. Fornec. por Empresas	1 700	1 741	2.8	3.5	3.5	3.4	7.3	2.9	0.1	2.4	0.1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	372	360	0.5	0.7	0.8	0.7	12.2	-3.0	0.0	-3.4	0.0
Operações Governamentais	91	65	0.2	0.2	0.2	0.1	-2.0	-23.9	0.0	-28.3	-0.1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas: Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até setembro de 2011.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destques

Reforço da Coordenação das Políticas Económicas a Nível Europeu e Implicação para a Condução das Políticas Orçamentais Nacionais

Na sequência da crise económica e financeira que afetou a Europa e tornou mais visíveis as fragilidades do seu sistema de governação, foram desenvolvidos trabalhos no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas. Estes trabalhos consubstanciaram-se na adoção de um pacote legislativo - *Six-Pack* - que contempla o reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento, a criação do Semestre Europeu, a supervisão dos desequilíbrios macroeconómicos e o reforço das regras e enquadramentos orçamentais nacionais. Mais recentemente e na sequência do acentuar da crise da dívida soberana, têm vindo a ser acordadas medidas adicionais neste domínio por parte dos Chefes de Estado e de Governo da área do euro.

Destacam-se, em particular, as que terão um impacto direto na condução das políticas orçamentais nacionais dos estados-membros.

Assim, no âmbito do *Six-pack*, o qual já se encontra em vigor, está estabelecido o reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Neste âmbito, pretende-se melhor refletir o critério da dívida na supervisão orçamental da UE, com maior atenção à ligação défice/dívida e à consequente necessidade de operacionalizar o critério da dívida. O Regulamento (UE) n.º 1177/2011, do Conselho, de 8 de novembro, preconiza que se passa a considerar que a dívida pública em percentagem do PIB se encontra em diminuição significativa e se está a aproximar de forma satisfatória do limite de 60% se o diferencial relativamente a este valor de referência tiver tido uma redução média de um vigésimo por ano como padrão de referência, com base nas alterações verificadas durante os últimos três anos para os quais existam dados disponíveis. Está ainda em discussão forma de operacionalizar este *benchmark*.

Adicionalmente, na parte preventiva do Pacto será exigido um ajustamento orçamental mais rápido para os respetivos objetivos de médio prazo a países cujo nível de dívida seja superior a 60% ou que apresentem riscos significativos em termos de sustentabilidade da sua dívida. Assim, enquanto não for atingido o objetivo orçamental de médio prazo, a taxa de crescimento da despesa pública não deverá normalmente exceder a taxa de crescimento do PIB potencial, sendo os aumentos que ultrapassam essa norma compensados por aumentos discricionários da receita do Estado e as reduções discricionárias das receitas compensadas por reduções da despesa. Está igualmente em discussão a forma de operacionalizar esta regra.

No que se refere a regras e enquadramentos orçamentais nacionais, está em vigor a Diretiva referente aos requisitos para estes enquadramentos, que preconiza um conjunto de requisitos mínimos a que estes enquadramentos devem obedecer: (i) na área das estatísticas e dos sistemas estatísticos, (ii) no que se refere às regras numéricas, (iii) relativamente aos sistemas de previsão, (iv) no âmbito dos enquadramentos orçamentais de médio prazo, (v) no que se refere à cobertura mais abrangente dos subsectores que compõem as Administrações Públicas. Adicionalmente, é considerado um conjunto de *standards* relativos à utilização de processos de orçamentação *top-down*, regras orçamentais e ao papel de organismos públicos independentes (*fiscal councils*) com funções na área de análise e avaliação das políticas orçamentais internas e de preparação de previsões. Estas estão igualmente previstas no Pacto para o Euro+ adotado no Conselho Europeu de 24 e 25 de março de 2011.

Mais recentemente, na Cimeira de Chefes de Estado ou de Governo da área do euro realizada a 9 de dezembro, os estados-membros acordaram a definição do princípio de que os saldos orçamentais de cada estado-membro devem estar equilibrados ou apresentar um excedente, de acordo com um calendário proposto pela Comissão, o que implicará o respeito por uma regra orçamental em que o défice estrutural em termos anuais não ultrapassa 0,5% do PIB nominal. Será criado um mecanismo de correção automático em caso de desvio do objetivo definido. Foi igualmente acordado que cada estado-membro irá

introduzir esta regra no seu sistema jurídico, seja na constituição ou equivalente. Para tal, foi reconhecida a jurisprudência do Tribunal de Justiça Europeu que irá verificar a referida transposição legislativa.

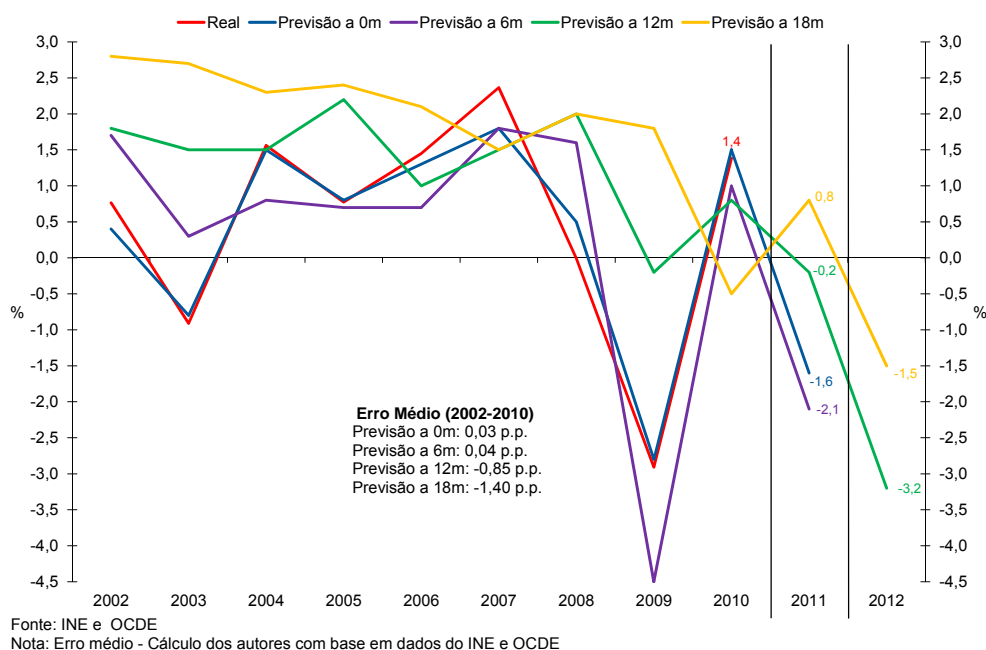
ANÁLISE ÀS PREVISÕES DA OCDE PARA O CRESCIMENTO DO PIB DE PORTUGAL¹

João Carlos Fonseca², Paulo Júlio³

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) publicou, em Novembro de 2011, o *OECD Economic Outlook* (OECD EO) com previsões de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para a economia portuguesa entre 2011 e 2012 de -1,6% e -3,2%, respetivamente (Figura 1). Uma análise ao período de 2002 a 2010 mostra que as previsões da OCDE para o crescimento real do PIB em Portugal realizadas no 2º semestre para o próprio ano (0 meses) e para o ano seguinte (12 meses) tenderam a ser subavaliadas em 0,03 p.p. e sobreavaliadas em 0,85 p.p., respetivamente (vd. nota metodológica em baixo).

A Figura 1 mostra ainda que as sucessivas previsões para o ano de 2011 publicadas nos OECD EO assumem uma variação expressiva, entre 0,8% no OECD EO de Maio de 2010 (18 meses) e -2,1% no OECD EO de Maio de 2011 (6 meses). O mesmo acontece relativamente a 2012, com a previsão realizada em Maio de 2011 (18 meses) de -1,5% a ser agora revista para -3,2%.

Figura 1 - Taxa de crescimento real do PIB e previsões da OCDE a 0, 6, 12 e 18 meses



Uma análise comparativa dos erros médios das previsões entre 2002 e 2010 para crescimento real do PIB em quatro instituições (Banco de Portugal (BdP), Comissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e OCDE) mostra que a OCDE apresenta a melhor *performance* a 0 meses e a pior *performance* a 12 meses (Tabela 1). No entanto, em todas as instituições as previsões a 0 meses são, em média, subavaliadas (sinal positivo), enquanto as previsões a 12 meses e 18 meses se encontram sobreavaliadas (sinal negativo).

¹ O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade dos autores.

² Técnico Superior no Gabinete de Estratégia e Estudos. e-mail: joao.fonseca@gee.min-economia.pt

³ Técnico Superior no Gabinete de Estratégia e Estudos. e-mail: paulo.julio@gee.min-economia.pt

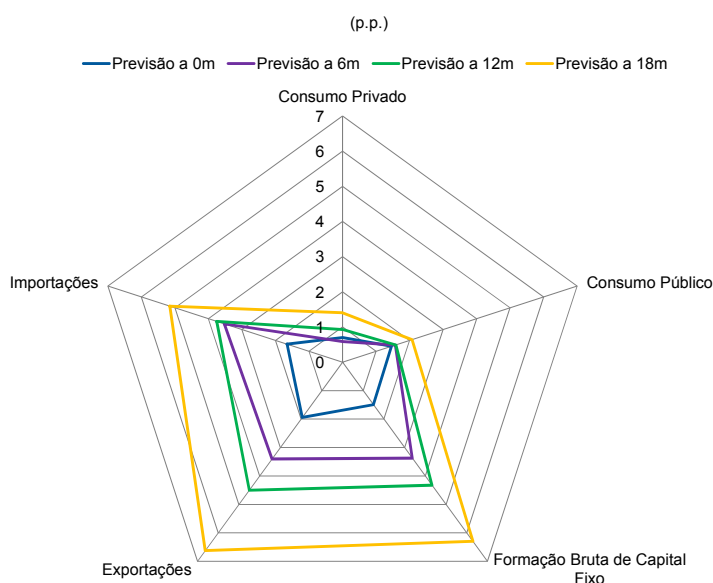
Tabela 1 - Erro Médio das Previsões do PIB entre 2002 e 2010

Unid: p.p.				
Meses	BdP	CE	FMI	OCDE
0	0,19	0,11	0,14	0,03
6	0,11	-0,07	0,14	0,04
12	-0,50	-0,68	-0,84	-0,85
18	-0,85	-1,13	-1,29	-1,40

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE, BdP, CE, FMI e OCDE

Por componentes da despesa do PIB, as previsões a 0 e 12 meses da OCDE para o Consumo Privado e, em menor grau, para o Consumo Público são as que registaram o menor erro médio em módulo entre 2002 e 2010 (Figura 2). As previsões sobre as Exportações a 0 e 12 meses registaram um maior erro médio em módulo do que as Importações no período em análise.

Figura 2 - Erro Médio em Módulo por Componentes da Despesa do PIB (2002-2010)



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do INE e OCDE

Nota metodológica⁴:

Previsões a 0 meses: Feitas no 2º semestre para o próprio ano. As previsões do BdP incorporam as Contas Nacionais Trimestrais do 3º trimestre.

Previsões a 6 meses: Feitas no 1º semestre para o próprio ano. As previsões do BdP incorporam as Contas Nacionais Trimestrais do 1º trimestre.

Previsões a 12 meses: Feitas no 2º semestre para o ano seguinte.

Previsões a 18 meses: Feitas no 1º semestre para o ano seguinte.

Erro: Diferença entre a taxa de crescimento real do PIB e a previsão.

Erro médio: Média dos erros entre 2002 e 2010 em p.p..

Sinal positivo: Previsão subavaliada

Sinal negativo: Previsão sobreavaliada

⁴ Ver "The forecast quality of Portuguese GDP expenditure components" publicado no BMEP nº9/2011 para uma apresentação mais detalhada da metodologia.

Artigos

Em Análise

Evolução Recente da Fileira Florestal: Parte I¹

Vanda Dores²

Elsa de Moraes Sarmento³

Elsa Oliveira⁴

Sumário Executivo

Este estudo procura demonstrar a importância da Fileira Florestal para a economia nacional, a nível mais agregado, através da criação valor e geração de emprego, mas também a nível das suas componentes sectoriais, complementando o trabalho de outros atores, e as reflexões expressas em documentos de definição de políticas públicas sobre o espaço florestal e as suas produções (Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal, 2010; Associação Empresarial de Portugal, 2008; Ministério da Agricultura, Desenvolvimento e Pescas, 2007; Direção-Geral dos Recursos Florestais, 2006).

Esta análise corresponde à primeira parte de um trabalho mais abrangente de caracterização da Fileira Florestal, que contém outras dimensões de análise da sua performance económica, como a inovação, a internacionalização e o contexto das políticas públicas, seguindo uma abordagem metodológica própria, que define a Fileira Florestal em função dos seus produtos finais e intermédios, a montante e a jusante, numa perspetiva integradora.

1. Introdução

As indústrias que compõem a Fileira Florestal têm uma importância inquestionável no contexto da economia nacional, pela criação de valor acrescentado nacional, pelo seu contributo para o comércio externo, pela geração de emprego, através do elevado número de agentes envolvidos na produção, transformação e comercialização dos seus produtos e pela sua relevância na fixação das populações nas regiões mais desfavorecidas. Também é reconhecido que a Floresta desempenha outras funções, para além das económicas, designadamente sociais e culturais, ecológicas e de sustentabilidade⁵. Esta fornece fluxos de bens públicos importantes, conhecidos na literatura económica como “amenidades” (na maioria dos casos, bens públicos que não possuem preço de mercado atribuído) ou “nontimber goods” (Amacher et al., 2009; Pearce et al. 1999). Estes incluem entre outros o habitat natural e a diversidade, a prevenção de cheias, a pesca e a caça e demais atividades recreativas e o sequestro do carbono. Em geral, estes são bens e serviços que poderão não gerar rendimento, embora alguns dependam da extração e exploração de recursos florestais. A Floresta como recurso natural endógeno e renovável, e a extensão da sua ocupação territorial pelo país, torna-o num dos mais importantes a nível da criação e distribuição regional de riqueza em Portugal, assegurando o desenvolvimento territorial equilibrado.

O contributo da Fileira Florestal para o desenvolvimento rural e para a apropriação sustentável do território é também fundamental para a concretização dos objetivos nacionais e europeus de coesão

¹ Este trabalho reflete apenas as opiniões das suas autoras e não de nenhuma entidade oficial. Eventuais erros e omissões são da nossa única responsabilidade. As autoras gostariam de agradecer ao Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Contas Nacionais, o fornecimento de dados relativos às Contas Nacionais Anuais (base2006) para o período 2006-2008.

² Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego (vanda.dores@gee.min-economia.pt).

³ DEGEI, Universidade de Aveiro (esarmento@ua.pt).

⁴ Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego (elsa.oliveira@gee.min-economia.pt).

⁵ Em fevereiro de 2008, o Presidente francês Nicholas Sarkozy, insatisfeito com as limitações da informação estatística existente sobre a economia e a sociedade, solicitou a três distintos economistas (Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi) a criação de uma Comissão que refletisse sobre a medição da performance económica e do progresso social, identificando as limitações da utilização de indicadores tradicionais como o PIB, e sobre a necessidade de ponderar desenvolver mecanismos de medição adicionais, mais consentâneos com uma medição efetiva do progresso social e de apresentação da informação estatística de uma forma apropriada para esse fim (“Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress”, 2009). Nesse trabalho, a Floresta é incorporada como parte integrante da medição do bem-estar social. Ver também a introdução da publicação “Growing the future” (PriceWaterhouseCoopers, 2011).

social e territorial, que não podem ser dissociados dos princípios expressos na Estratégia de Acesso aos Mercados e da Estratégia 2020, dos desenvolvimentos em torno da definição do futuro da Política Comercial Comum, nem dos debates em torno dos dois Livros Verdes sobre a informação e a promoção dos produtos agrícolas⁶ e sobre a proteção das florestas na União Europeia (Comissão Europeia, 2011 e 2010 respetivamente).

Apesar da sua importância económica, ambiental e social, a Floresta nem sempre foi encarada como uma prioridade nacional efetiva, embora lhe tenham sido alocados substanciais recursos públicos (Resolução do Conselho de Ministros nº 178/2003 de 17 de novembro). Em anos mais recentes, o desenvolvimento da atividade florestal tem sido apontado como um desígnio nacional (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2010; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, 2005; Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006; Direção-Geral dos Recursos Florestais, 2006; Ministério da Agricultura, Desenvolvimento e Pescas, 2007; Resolução da Assembleia da República sobre o subsector da Cortiça, março de 2007), a par da revitalização do setor agrícola e agropecuário, fundamentais para a recuperação da competitividade do espaço rural. Em 2011, ano internacional das florestas⁷, tem sido reiterada a importância estratégica do setor florestal para o desenvolvimento regional, para o crescimento das exportações e para o crescimento económico.

A Floresta assume grande importância em termos económicos e sociais, não só pelo seu contributo para o valor acrescentado bruto (VAB) nacional e para o emprego mas também pelo seu direcionamento para os mercados externos e consequente avultado contributo para o crescimento das exportações portuguesas. Em 2008, segundo as Contas Nacionais, as indústrias florestais contribuíram com 1,5% do VAB da economia e com 2% do Emprego⁸. Porém, de acordo com as Estatísticas do Comércio Externo para 2010, as exportações destes produtos apresentam um peso mais significativo, de cerca de 8,4%. É também uma atividade⁹ que apresentava em 2005 uma elevada proporção de conteúdo nacional, com 71,4% por unidade exportada, claramente superior à média nacional de 59,3% (Leão e Alves, 2011).

A Fileira Florestal é composta por indústrias extrativas de recursos naturais e indústrias transformadoras heterogéneas, integrando também um conjunto alargado de atividades industriais e uma enorme diversidade de produtos. É parte integrante da cadeia de valor de outras indústrias, designadamente da construção civil e naval, das indústrias de material de transporte, obras públicas, agroalimentar e vitivinícola, do *cluster* do habitat, entre outros. Muitas das atividades que fazem parte desta fileira criam bens de suporte à produção de demais setores, ou seja bens intermédios de base e alguns bens duradouros para consumo final.

Não é frequente encontrar uma delimitação precisa e consensualizada acerca do que é efetivamente o “setor florestal”. Enquanto a montante, as suas fronteiras podem ser mais facilmente delimitadas, a jusante não são tão evidentes. Habitualmente considera-se que integra um conjunto diversificado e interdependente de atividades, mas também de valores e interesses, quer coletivos quer privados que devem necessariamente ser compatibilizados¹⁰. Habitualmente, o “setor florestal” engloba todos os aspetos relativos à exploração, gestão e transformação da Floresta e compreende todos os agentes e atividades incluídos nas atividades de produção de bens e serviços na Floresta, até à disponibilização de produtos finais transformados para consumo. Agrupa tradicionalmente a produção florestal, a indústria florestal ou de base florestal e os serviços que lhe estão associados, incluindo a caça, a pesca e a silvicultura.

⁶ Com a publicação deste Livro Verde, a Comissão Europeia lançou o debate em torno dos sistemas a utilizar para a promoção dos produtos agrícolas da União Europeia (UE) nos próximos anos. Este pretende ajudar a delinear o quadro estratégico e regulamentar para a promoção da qualidade, das tradições e do valor acrescentado dos produtos agrícolas e alimentares da UE, junto dos consumidores europeus e estrangeiros.

⁷ A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 2011 como o Ano Internacional das Florestas. Para mais informações consultar <http://www.florestas2011.org.pt/> e <http://www.fao.org/forestry/iyf2011/en/>.

⁸ Em equivalente a tempo completo. Estes valores referem-se à definição da Fileira Florestal especificamente adotada neste trabalho, a qual pode ser consultada na secção 2.

⁹ Definido como Madeira, Cortiça e Papel a dois dígitos da Classificação das Atividades Económicas Revisão 2.1.

¹⁰ Banco Português de Investimento, Agro, GES e Jaakko Poyry (1996).

Este trabalho oferece uma definição própria de um conjunto de indústrias de base florestal, que intitulámos “Fileira Florestal”, que assenta na nomenclatura estatística oficial para efeitos de caracterização do seu contexto macroeconómico e sectorial. De acordo com a metodologia adotada neste trabalho, a Fileira Florestal é constituída por um conjunto de atividades económicas de base florestal: a indústria da madeira e da cortiça, do mobiliário e da pasta, do papel e do cartão.

Este trabalho encontra-se dividido em três secções principais. Na secção seguinte contextualiza-se a importância macroeconómica da Fileira Florestal para a economia portuguesa, introduzindo a metodologia que assiste à definição da fileira a nível da classificação estatística das Contas Nacionais. A secção 3 define a Fileira Florestal através das Estatísticas das Empresas, ao longo das sucessivas revisões da Classificação Estatística das Atividades Económicas. Posteriormente, analisa-se a concentração de empresas, através do índice de Herfindahl-Hirschmann e finalmente aborda-se a especialização regional através do quociente de localização das atividades florestais no território português. A última secção oferece alguns comentários finais.

2. Importância da Fileira Florestal na Economia Portuguesa

2.1. Aspetos metodológicos

A análise do desempenho da Fileira Florestal implica necessariamente a delimitação da sua atividade económica como “fileira”, concretamente a nível estatístico. A delimitação da Fileira Florestal no âmbito das Contas Nacionais adotada neste trabalho inclui matérias-primas e produtos transformados intimamente ligados à Floresta, abordagem também adotada em estudos anteriores (Marques, 2010b; Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal, 2010; Associação Empresarial de Portugal, 2008). Na abordagem à Fileira Florestal que propomos incluem-se as principais indústrias transformadoras relacionadas com a produção de produtos da madeira e da cortiça, do papel e do cartão e mobiliário, ou seja, a análise incide sobre as principais “indústrias florestais”.

Uma vez que os dados das Contas Nacionais Anuais Portuguesas (CNAP) com base em 2006, para os anos de 2006, 2007 e 2008 são a principal fonte de informação para a análise da importância da Fileira Florestal no contexto macroeconómico nacional, a identificação das atividades económicas teve por base o nível de detalhe das nomenclaturas de ramos de atividade das CNAP, disponibilizado para o ano base de referência 2006 (NRCN06). A informação disponibilizada pelas CNAP encontra-se disponível ao nível máximo de 82 ramos (nomenclatura com o código A82). Com base neste nível de desagregação a 2 dígitos foram identificadas as diferentes “indústrias florestais”:

- Indústria da madeira, cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria (ramo 16 da NRCN06)
- Fabricação da pasta, do papel, de cartão e seus artigos (Ramo 17 da NRCN06)
- Fabricação de mobiliário e de colchões (Ramo 31 da NRCN06).

Associada à atividade destas indústrias está a produção, a título principal de produtos da Fileira Florestal. No decurso desta análise houve também necessidade de ser definir uma classificação para os produtos da Fileira Florestal, com base na nomenclatura de produtos das CNAP (NPCN06). A informação estatística por produto dispõe de dados desagregados ao nível máximo de 88 produtos (nomenclatura P88). Neste contexto, foram identificados e selecionados os produtos que se consideram fazer parte integrante da denominada “Fileira Florestal”:

- Madeira, cortiça e suas obras, exceto mobiliário, obras de espartaria e cestaria (produto 16 da NPCN06)
- Papel e cartão e seus artigos (produto 17 da NPCN06)
- Mobiliário (produto 31 da NPCN06).

2.2. Análise segundo as Contas Nacionais

De acordo com os dados das Contas Nacionais, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) das indústrias que compõem a Fileira Florestal representou 1,5% do VAB nacional e 1,28%¹¹ do Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 (Quadro 1). Apesar do quadro de estabilização nas duas décadas anteriores a 2005 (Direção-Geral dos Recursos Florestais, 2006), a população empregada na Fileira Florestal tem vindo a diminuir em anos mais recentes, bem como o seu peso na população ativa total e da Indústria Transformadora. Em 2008 foi responsável por cerca de 2% do emprego nacional, correspondendo a um efetivo de cerca de 103 mil empregos diretos. No entanto, o efeito indireto que esta atividade representa na economia de diversos agregados familiares é substancialmente maior, estimando-se poder atingir quatro vezes mais este número, em termos de proprietários florestais existentes, sobretudo em regiões mais desfavorecidas do interior do país em que estas fontes alternativas de rendimento assumem particular importância na aquisição de receitas adicionais. Por outro lado, a elevada fragmentação e pulverização espacial da distribuição da propriedade privada na atividade florestal (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, 2005), tem causado um decréscimo progressivo da população residente em território rural, conduzindo ao conseqüente abandono da gestão ativa por parte de proprietários rurais, sendo também este o fundamento de diversas propostas de reforma sectorial e estrutural (Decreto nº 13/XI de 5 de abril de 2010).

No contexto da Indústria Transformadora¹², as indústrias da Fileira Florestal foram responsáveis, nesse mesmo ano, por 10,5% do VAB e 12,4% do emprego do total. Constata-se também que o VAB regista uma quebra considerável de 10,3% em 2008 e que por outro lado, o peso do VAB da Fileira Florestal no PIB tem também vindo a perder expressão (1,46% em 2006 e 1,28% em 2008).

Quadro 1 – Peso da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	Preços correntes			% na Ind. Transformadora			% no total Nacional		
VAB da Fileira Florestal (10⁶ euros)	2.339	2.447	2.194	11,8	11,9	10,5	1,7	1,7	1,5
<i>Taxa de Variação (%)</i>		4,6	-10,3						
EBE/RM* (10⁶ euros)	1.023	1.115	852	13,5	13,7	10,9	1,7	1,7	1,3
<i>Taxa de Variação (%)</i>		8,9	-23,6						
Emprego, Indivíduos (milhares)	110	107	103	12,8	12,6	12,4	2,2	2,1	2,0
<i>Taxa de Variação (%)</i>		-3,2	-3,2						
Remunerações (10⁶ euros)	1.301	1.315	1.324	10,8	10,7	10,6	1,6	1,6	1,5
<i>Taxa de Variação (%)</i>		1,1	0,7						
Peso do VAB da Fileira Florestal no PIB**							1,46	1,45	1,28

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Notas: * Excedente Bruto de Exploração/Rendimento Misto (EBE/RM); ** Produto Interno Bruto (PIB).

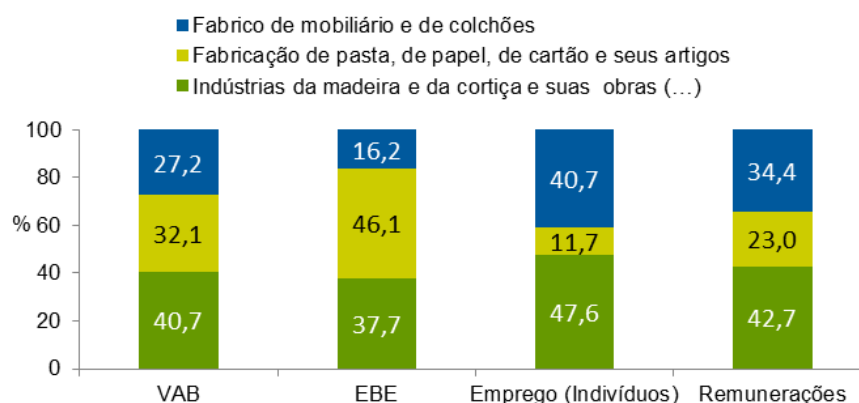
Observando o comportamento dos diferentes agregados da Fileira Florestal entre 2006 e 2008, verifica-se que, à exceção do crescimento nominal moderado das remunerações (0,7% em 2008) e da estabilização da quebra do emprego (que se manteve nos -3,2% entre 2006 e 2008), os restantes agregados registaram taxas de variação homóloga negativas, o que justifica, em parte, a perda de importância relativa das indústrias da Fileira Florestal no contexto nacional, que deve ser também contextualizado com o início da desaceleração do ritmo de crescimento da economia mundial e com a quebra das trocas comerciais que se iniciou nesse ano) (Quadro 1).

¹¹ O peso no PIB total é de 1,65% se também for incluída a Silvicultura.

¹² Secção C da NRCN06 e da CAE Rev.3 (Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3).

Da análise do contributo relativo das diferentes indústrias que compõem a Fileira Florestal, destaca-se a supremacia da “indústria da madeira, da cortiça e suas obras (...)”, como aquela que mais peso tem na estrutura dos principais agregados da Fileira Florestal¹³ e, conseqüentemente da Indústria Transformadora, representando em 2008, 40,7% do VAB, 47,6% do emprego direto e 42,7% das remunerações da Fileira Florestal (Figura 1).

Figura 1 – Peso das três indústrias florestais no total do VAB, EBE, emprego e remunerações da Fileira Florestal, 2008



Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Relativamente ao desempenho dos diferentes subsetores importa, ainda, avaliar o contributo de cada um deles para o comportamento da Fileira Florestal. Apesar da maior importância do subsetor da indústria da madeira na estrutura da generalidade dos agregados macroeconómicos da Fileira, destaca-se o comportamento nominal negativo da indústria da “pasta, do papel e do cartão” (-5,5 p.p.), como aquele que mais influenciou a quebra nominal de 10,3% do VAB da fileira em 2008 (Quadro 2). A indústria do mobiliário foi a única a contribuir de forma positiva (+0,1 p.p.), apesar de registar um crescimento moderado (+0,3%).

Quadro 2 – Valor acrescentado bruto de cada subsetor da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2008
	Preços correntes			% na Fileira Florestal			contributos
VAB (10⁶ euros)							p.p.
Fileira Florestal	2.339	2.447	2.194	100,0	100,0	100,0	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		4,6	-10,3				-10,3
Indústria da Madeira	932	1.012	893	39,8	41,4	40,7	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		8,6	-11,8				-4,9
Indústria da pasta, do papel e do cartão	835	840	705	35,7	34,3	32,1	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		0,6	-16,1				-5,5
Industria do Mobiliário	572	595	597	24,5	24,3	27,2	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		4,0	0,3				0,1

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Nota: Contributo para o crescimento total do VAB da Fileira Florestal - Análise *shift-share*: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100. Mede a proporção de crescimento atribuível a cada subsetor da Fileira Florestal.

¹³ Com exceção do Excedente Bruto de Exploração.

Em 2008, todos os três subsectores da Fileira Florestal registaram uma variação negativa do Excedente Bruto de Exploração¹⁴ (EBE). A indústria da “pasta de papel, de cartão e seus artigos” é aquela que mais peso tem na estrutura deste agregado no contexto da Fileira Florestal, apesar de se verificar uma perda na sua importância relativa entre 2006 e 2008. Esta situação deve-se ao facto das remunerações deste subsector serem as que menos peso têm nas remunerações totais da Fileira Florestal, apesar dos níveis do VAB deste subsector e da indústria do mobiliário serem próximos (Quadros 2 e 3).

Com excepção da indústria do mobiliário, que apresenta um crescimento nominal positivo das remunerações (4,6%) e um contributo de 1,5 p.p., a qual sustenta o crescimento do total da fileira (0,7%) os outros dois sectores acusam uma desaceleração dos respetivos níveis remuneratórios (-1,2% na Indústria da Madeira e -1,3% na “indústria da pasta, do papel e do cartão” em 2008). Paralelamente, entre 2006 e 2008, assiste-se a uma redução do emprego nestas indústrias, com maior incidência na Indústria da Madeira (-4,5% em 2008), que representa cerca de 47,6% do emprego na Fileira Florestal. No seu conjunto estas três indústrias reduziram o peso da sua mão-de-obra no total do setor transformador em 0,3 p.p. entre 2006 (12,8%) e 2008 (12,4%) (Quadro 3).

Quadro 3 – Excedente bruto de exploração e Remunerações
Subsectores da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2008 Contributos (p.p.)
	Preços correntes			% na Fileira Florestal			
EBE/RM (milhões de euros)							
Fileira Florestal	1.023	1.115	852	100,0	100,0	100,0	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		8,9	-23,6				-23,6
Indústria da Madeira	363	433	321	35,5	38,8	37,7	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		19,1	-25,8				-10,0
Indústria da pasta, do papel e do cartão	514	526	393	50,3	47,2	46,1	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		2,2	-25,3				-11,9
Indústria do Mobiliário	145	156	138	14,2	14,0	16,2	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		7,3	-11,5				-1,6
Emprego, Indivíduos (milhares)							
Fileira Florestal	110	107	103	100,0	100,0	100,0	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		-3,2	-3,2				-3,2
Indústria da Madeira	53	52	49	48,0	48,3	47,6	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		-2,7	-4,5				-2,2
Indústria da pasta, do papel e do cartão	13	13	12	11,8	11,8	11,7	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		-3,2	-3,3				-0,4
Indústria do Mobiliário	44	43	42	40,2	40,0	40,7	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		-3,8	-1,6				-0,6
Remunerações (milhões de euros)							
Fileira Florestal	1.301	1.315	1.324	100,0	100,0	100,0	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		1,1	0,7				0,7
Indústria da Madeira	563	572	565	43,3	43,5	42,7	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		1,7	-1,2				-0,5
Indústria da pasta, do papel e do cartão	314	308	304	24,2	23,4	23,0	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		-2,0	-1,3				-0,3
Indústria do Mobiliário	424	435	455	32,6	33,1	34,4	
<i>Taxa de Variação (%)</i>		2,7	4,6				1,5

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Nota: Contributo para o crescimento total do VAB da Fileira Florestal - Análise *shift-share*: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Mede a proporção de crescimento atribuível a cada subsector da Fileira Florestal.

¹⁴ O Excedente Bruto de Exploração pode ser obtido a partir da diferença entre o valor acrescentado bruto e os custos com o pessoal e os impostos líquidos de subsídios à produção.

Os dados das CNAP para a produção de produtos da Fileira Florestal revelam que, em 2008, a produção registou uma quebra homóloga nominal de 3,3%, após um crescimento de 5,1% em 2007, totalizando 7.553 milhões de Euros, o que representou 9,4% da produção de produtos industriais transformados desse ano (Quadro 4). O decréscimo na produção dos produtos da Fileira Florestal em 2008, representou um *volte-face* na trajetória que vinha sendo verificada desde 2004. Este deve-se, essencialmente, à redução da oferta doméstica dos produtos da “madeira e cortiça e suas obras (...)”, grupo de produtos que assume maior importância na estrutura produtiva dos produtos da Fileira Florestal (43,7% em 2008, menos 2,8 p.p. que em 2007) e, conseqüentemente dos produtos industriais transformados (4,1% em 2008, menos 0,4 p.p. face a 2007).

A exportação apresenta um comportamento semelhante ao da produção. Após um crescimento de 6,7% entre 2006 e 2007, regista uma diminuição (-1,9%), com impacto visível na redução do peso da exportação da fileira no conjunto da Indústria Transformadora (9,6% em 2006 e 9,3% em 2008).

Em 2007, todos os três grupos de produtos da Fileira Florestal registaram taxas de crescimento nominal positivas na exportação e na produção. A inversão do crescimento registado em 2008, é explicado fundamentalmente pela desaceleração que atinge a indústria da “madeira, e cortiça e suas obras...” (-9% na produção e -9,1% na exportação), e que contribuiu de forma significativa para o agregado da fileira.

As projeções da UNECE e da FAO (2005) estimam que em Portugal a produção de pasta de papel cresça de forma significativa até ao ano 2020, ultrapassando o consumo, devido ao alargamento de áreas de plantação florestal.

Quadro 4 - Produção e Exportação* dos produtos da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	Milhões de euros			% na fileira florestal			% na ind. transformadora		
Produção (preços de base) de produtos da Fileira Florestal									
	7.432	7.809	7553	100,0	100,0	100,0	9,8	9,8	9,4
<i>Taxa de Variação</i>		5,1%	-3,3%		0 p.p.	0 p.p.		0 p.p.	-0,4 p.p.
Madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário, obras de espartaria e cestaria									
	3.419	3.631	3303	46,0	46,5	43,7	4,5	4,5	4,1
<i>Taxa de Variação</i>		6,2%	-9,0%		0,5 p.p.	-2,8 p.p.		0 p.p.	-0,4 p.p.
Papel e cartão e seus artigos									
	2.473	2.585	2654	33,3	33,1	35,1	3,2	3,2	3,3
<i>Taxa de Variação</i>		4,5%	2,7%		-0,2 p.p.	2 p.p.		0 p.p.	0,1 p.p.
Mobiliário									
	1.540	1.594	1596	20,7	20,4	21,1	2,0	2,0	2,0
<i>Taxa de Variação</i>		3,5%	0,1%		-0,3 p.p.	0,7 p.p.		0 p.p.	0 p.p.
Exportações* de produtos da Fileira Florestal									
	3.308	3.529	3463	100,0	100,0	100,0	9,6	9,6	9,3
<i>Taxa de Variação</i>		6,7%	-1,9%		0 p.p.	0 p.p.		0 p.p.	-0,3 p.p.
Madeira e cortiça e suas obras (...)									
	1.392	1.470	1337	42,1	41,7	38,6	4,1	4,0	3,6
<i>Taxa de Variação</i>		5,6%	-9,1%		-0,4 p.p.	-3,1 p.p.		-0,1 p.p.	-0,4 p.p.
Papel e cartão e seus artigos									
	1.509	1.586	1615	45,6	44,9	46,6	4,4	4,3	4,3
<i>Taxa de Variação</i>		5,1%	1,8%		-0,7 p.p.	1,7 p.p.		-0,1 p.p.	0 p.p.
Mobiliário									
	407	473	511	12,3	13,4	14,8	1,2	1,3	1,4
<i>Taxa de Variação</i>		16,0%	8,2%		1,1 p.p.	1,4 p.p.		0,1 p.p.	0,1 p.p.

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

Nota: * Em Contas Nacionais as Exportações correspondem ao somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros na perspectiva das Estatísticas do Comércio Internacional.

A Fileira Florestal é um setor eminentemente voltado para o exterior, com uma forte tendência exportadora com raízes históricas (Pestana e Tinoco, 2009; Devy-Vareta, 1985). Este representa um dos setores tradicionais de exportação portuguesa (Marques, 2010a e 2010b; Ferreira do Amaral, 2006; Sarmiento, 2007). Os dados patentes no Quadro 5, centrados nos anos mais recentes de 2006 e 2008, revelam que quase metade da produção dos produtos da Fileira Florestal têm como destino o mercado externo. O excelente desempenho deste setor está também patente no incremento do peso das exportações na produção destes produtos no período em análise (+1,4 p.p.). Apesar do quadro de contração económica registado em 2008, este rácio registou um acréscimo de 0,7 p.p. face a 2007, o mesmo sucedendo relativamente a 2006.

A orientação sectorial para o mercado externo tem vindo a crescer (UNECE e FAO, 2005), acompanhando a tendência global da economia portuguesa no período (Sarmiento e Reis, 2011; Cabral, 2008) mas de um modo bastante mais pronunciado em anos mais recentes. A observação a este nível de agregação, por subsector da Fileira Florestal, indica que a maior orientação exportadora reside nos produtos do “papel e cartão e seus artigos”¹⁵. Não obstante, a sua variação registou um decréscimo de 0,5 p.p. em 2008, derivada da sua forte orientação exportadora, afetada pelo contexto de redução dos fluxos de comércio mundial. Apesar desta circunstância macroeconómica, a indústria do mobiliário continuou a demonstrar o seu poder de conquista de mercados externos (+5,5 p.p. em 2008 face a 2006).

Dada a disponibilidade de recursos florestais de base para o fornecimento de pasta de celulose, é também projetado pelas Nações Unidas (UNECE e FAO, 2005) que o rápido crescimento da exportação líquida de pasta de papel, proporcionado pelo elevado ritmo de crescimento da produção, não poderá ser suportado no futuro e que o acréscimo de produção será muito provavelmente consumido internamente.

Quadro 5 – Orientação exportadora¹⁶ dos produtos da Fileira Florestal

	2006	2007	2008	2006	2007	2008
	%			Variação (p.p.)		
Fileira Florestal	44,5	45,2	45,9	0,7	0,7	
Madeira e cortiça e suas obras (...)	40,7	40,5	40,5	-0,2	0,0	
Papel e cartão e seus artigos	61,0	61,4	60,9	0,3	-0,5	
Mobiliário	26,5	29,7	32,0	3,2	2,4	

Fonte: INE, Contas Nacionais Anuais Definitivas (Base 2006).

3. Síntese sectorial

3.1. Aspetos metodológicos

A dinâmica empresarial assume primordial importância na análise do desempenho económico de um determinado setor de atividade. O trabalho desenvolvido no contexto da reconstituição da “Fileira Florestal” considerou, à semelhança do realizado no quadro do Sistema de Contas Nacionais, um processo criterioso de identificação das atividades económicas a integrar na contabilização estatística desta fileira. Neste âmbito, a principal fonte de informação foram as Estatísticas das Empresas, as quais

¹⁵ Ver também Martins, 2007.

¹⁶ (Exportações / Produção) x 100.

são produzidas e divulgadas pelo INE. Procurou obter-se uma série de dados longa, a qual, tendo em conta os dados atualmente disponíveis, considera os anos compreendidos entre 2000 e 2008. Dado este ser um período em que existiram algumas alterações metodológicas e sucessivas atualizações das versões da Classificação das Atividades Económicas (CAE), houve necessidade de se efetuar um trabalho de correspondência entre as diferentes versões que estiveram em vigor entre 2000 e 2008 (Rev.2, Rev. 2.1 e Rev. 3), as quais se ilustram no Quadro 6. A introdução da CAE Rev.3 cria problemas adicionais, na medida em que a correspondência das “Indústrias da Madeira, cortiça e suas obras” (CAE 20 nas Revisões 2 e 2.1) e da “Fabricação de mobiliário e colchões” (CAE 361) passa a não ser direta e a estar repartida cada uma delas em duas classificações com níveis de desagregação diferenciados.

Quadro 6 - Tabela de correspondência entre as diferentes versões da CAE

CAE Rev. 2	CAE Rev. 2.1	CAE Rev.3
20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria 32995 - Fabricação de caixões mortuários em madeira
21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos
361 - Fabricação de mobiliário e de colchões	361 - Fabricação de mobiliário e de colchões	31 - Fabrico de mobiliário e de colchões 9524 - Reparação de mobiliário e similares, de uso doméstico

3.2. Análise segundo as Estatísticas das Empresas

De acordo com os dados das Estatísticas das Empresas, existiam 13.199 empresas em 2009 cuja atividade principal se enquadra nas atividades da Fileira Florestal (Quadro 7), representando cerca de 17,8% do total das empresas da Indústria Transformadora, número inferior ao do ano 2000. Os dados apontam, ainda, para a diminuição da dimensão média das empresas florestais (7,5 trabalhadores em 2000 e apenas 6,4 em 2009). O rácio das sociedades constituídas sobre as dissolvidas também acusa alguma oscilação, com uma tendência genérica para uma diminuição do rácio das sociedades constituídas face às dissolvidas.

A estrutura fundiária da floresta portuguesa tem sido apontada como fator inibidor do desenvolvimento das atividades florestais (Nações Unidas, 2002). A exploração da floresta é feita predominantemente por micro e pequenas empresas, na sua grande maioria privadas, aspeto intimamente ligado à pulverização da propriedade florestal¹⁷. A dimensão média das empresas da Fileira Florestal encontra-se abaixo da média da Indústria Transformadora e da dimensão média nacional (INE, Estatísticas das Empresas). No entanto, a nível empresarial, a economia portuguesa compreende algumas empresas de dimensão mundial. De acordo com os dados da PriceWaterhouseCoopers, a estrutura empresarial portuguesa na

¹⁷ Segundo o documento de suporte ao processo de dinamização das Indústrias Florestais em Portugal (2008), “Os cerca de 400.000 proprietários florestais que se estima existirem em Portugal Continental constituem uma população relativamente diversa em termos de atitude face à floresta. Variando em função da região do País, principalmente no Norte e no Centro a dimensão da propriedade é reduzida, assim como é baixa a apetência por formas associativas ou cooperativas de gestão do seu património. (...) Esta situação induz a uma não profissionalização da gestão florestal com todas as consequências que daí advêm e que terminam numa não gestão ou gestão absentista do território”. Os resultados do inquérito realizado por Batista e Santos (2005) revela que 60% dos proprietários de pinhal possuem propriedades com menos de 1 ou 5 hectares.

fileira florestal conta com algumas das mais representativas empresas europeias do setor (PriceWaterhouseCoopers, 2006). Entre as 100 maiores empresas do mundo encontram-se três empresas nacionais.

A produção manteve um ritmo crescente desde 2000, com desaceleração evidente a partir de 2008, superior à média da Indústria Transformadora, com consequências óbvias a nível da diminuição de importância da Fileira no setor transformador (11,4% em 2000 e 9,7% em 2009). Por outro lado, há ainda a registar em 2008 um aumento substancial da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para mais do dobro face a 2007, assumindo um peso de 16,5% no investimento total na Indústria Transformadora. No entanto, no ano seguinte registou-se uma quebra acentuada de 19,2%. Apesar disso, o investimento da Fileira aumentou a sua representatividade no contexto da Indústria Transformadora (16,9%).

Quadro 7 – Variáveis económicas das empresas da Fileira Florestal, 2000-2009

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2000	2001	2002	2003	2004*	2005	2006	2007	2008	2009
	Fileira Florestal										% no total da Indústria Transformadora									
Empresas (nº) *	16.116	15.087	15.920	15.595	18.625	18.130	17.445	15.283	14.543	13.199	20,9	20,8	20,2	19,9	18,1	17,4	17,8	18,6	18,3	17,8
Taxa de Variação (%)		-6,4	5,5	-2,0		-2,7	-3,8		-4,8	-9,2		-0,5	-3,1	-1,6		-4,1	2,4		-1,6	-2,7
Pessoal ao Serviço (nº) *	120.916	115.269	115.341	110.919	113.985	112.789	106.016	97.030	93.800	84.404	12,9	12,7	12,7	12,5	13,1	13,0	12,8	12,3	12,1	11,7
Taxa de Variação (%)		-4,7	0,1	-3,8		-1,0	-6,0		-3,3	-10,0		-1,8	-0,1	-1,1		-0,6	-1,6		-1,3	-3,2
Volum de Negócios (milhões de euros) *	7.545	7.491	7.600	7.659	7.825	7.855	8.133	8.284	7.808	6.792	11,1	10,8	11,1	11,1	11,0	10,7	10,6	10,2	9,4	9,6
Taxa de Variação (%)		-0,7	1,5	0,8		0,4	3,5		-5,7	-13,0		-2,9	3,0	-0,4		-2,0	-1,6		-7,5	2,3
Valor da Produção (milhões de euros) *	7.425	7.375	7.486	7.547	7.440	7.550	7.800	7.801	7.461	6.391	11,4	11,1	11,4	11,4	11,1	10,9	10,6	10,1	9,5	9,7
Taxa de Variação (%)		-0,7	1,5	0,8		1,5	3,3		-4,4	-14,4		-2,5	3,0	-0,3		-1,7	-2,5		-6,6	2,8
VAB (milhões de euros) *	2.297	2.131	2.222	2.145	2.148	2.208	2.265	2.330	2.004	1.764	12,7	11,9	12,2	11,6	11,5	11,9	12,1	12,1	10,6	10,6
Taxa de Variação (%)		-7,2	4,2	-3,4		2,8	2,6		-14,0	-12,0		-6,3	2,3	-4,5		3,5	2,1		-12,2	-0,3
FBCF (milhões de euros) *	326	381	371	793	640	10,6	10,5	10,3	16,5	16,9
Taxa de Variação (%)							16,8		113,9	-19,2							-0,7		59,5	2,8
Sociedades Constituídas (nº) **	553	290	266	236	241	315	316	277	16,6	13,9	14,4	12,8	10,3	13,9	14,4	14,1
Taxa de Variação (%)				-47,6	-8,3	-11,3	2,1	30,7	0,3	-12,3				-16,3	3,6	-11,1	-19,5	34,7	4,0	-2,2
Sociedades Dissolvidas (nº) **	143	237	230	288	168	150	641	369	17,3	16,4	14,8	15,1	16,9	12,8	12,1	8,6
Taxa de Variação (%)				65,7	-3,0	25,2	-41,7	-10,7	327,3	-42,4				-5,2	-9,8	2,0	11,9	-24,3	-5,4	
Sociedades Constituídas / Sociedades Dissolvidas	3,9	1,2	1,2	0,8	1,4	2,1	0,5	0,8										
	Fileira Florestal										Indústria Transformadora									
Dimensão média das empresas *	7,5	7,6	7,2	7,1	6,1	6,2	6,1	6,3	6,4	6,4	12,2	12,6	11,6	11,3	8,5	8,3	8,5	9,6	9,7	9,7
Taxa de Variação (%)		1,8	-5,2	-1,8		1,7	-2,3		1,6	-0,9		3,2	-8,0	-2,3		-1,9	1,7		1,3	-0,4

Fontes: INE, Estatísticas das Empresas (Inquérito Anual às Empresas Harmonizado - 2000 a 2003; Sistema de Contas Integrado das Empresas -2004 a 2008); INE (Ministério da Justiça, GPLP; Estatísticas do Notariado).

Notas:.. Não disponível. * Quebra de série em 2004. A alteração metodológica introduzida a partir do ano de 2004 no Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), abrangendo de forma mais exaustiva a componente das empresas, não permite a comparação direta com os anos anteriores. Dados disponibilizados na CAE Rev.2.1. Nova quebra de série em 2007, ano em que começou a vigorar a Revisão 3 da CAE (Classificação das Atividades Económicas), geralmente designada por CAE Rev.3. Por questões de coerência entre a CAE Rev. 2.1 e a CAE Rev.3 foram incluídas as unidades (empresas) classificadas nas CAE's Rev.3 95240 (Reparação de mobiliário e similares, de uso doméstico) - anteriormente classificadas na CAE Rev. 2.1 361 (Fabricação de Mobiliário e colchões). ** Dados em CAE Rev.2.1 para 2007 e CAE Rev.3 para 2008 e 2009.

3.3. O índice de concentração Herfindahl-Hirschmann

Uma forma habitual de avaliar o poder de mercado tem sido através do uso de índices de concentração. O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) é um dos indicadores mais utilizados de concentração (ou concorrência) entre as empresas, sendo uma medida que traduz a sua dimensão relativamente à indústria, setor ou mercado onde operam. Para uma indústria com n empresas, o IHH é definido como:

$$IHH = \sum_{i=1}^n \left[\frac{100 \cdot X_i}{\sum_{j=1}^n X_j} \right]^2$$

Onde X_i é uma medida indicativa da dimensão da empresa. Neste caso, foi utilizado no cálculo o volume de vendas de cada empresa i . Uma diminuição do índice IHH indica geralmente uma perda de poder de influência sobre os preços (*pricing power*) e uma diminuição da concentração e vice-versa. Um valor próximo de 0 reflete um grau de concorrência muito elevado e um próximo de 10.000 reflete uma situação

de monopólio. Um setor é considerado “não concentrado” caso seu HHI seja menor que 1.000, moderadamente concentrado” caso o HHI esteja entre 1.000 e 1.800 e é considerado “altamente concentrado” se o HHI for superior a 1.800.

No Quadro 8 estão representados os índices Herfindahl-Hirschman para duas das indústrias que compõem a Fileira Florestal, desagregadas a dois dígitos da CAE Rev. 2 e 2.1.. Verifica-se que a “Indústria da Madeira, da Cortiça e suas obras (...)” é pouco concentrada, contendo um maior número de empresas do que a indústria de “Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos” (5.723 e 376 empresas em 2006, respetivamente). Dada a tendência de elevação no tempo do IHH a partir de 2001, esta última apresenta um nível de concentração moderado. As indústrias de celulose caracterizam-se normalmente por possuírem um número mais reduzido de unidades de produção, sendo no entanto de grande porte e operando sob economias de escala. A sua mão de obra possui habitualmente um nível de especialização mais elevado, mas são essencialmente indústrias capital-intensivas, que implicam habitualmente um investimento avultado em unidades fabris. São também indústrias muito abertas, voltadas para o mercado externo.

Quadro 8 - Índices de concentração sectorial de Herfindahl-Hirschman entre 1995 e 2006

	CAE Rev.2.1.	
	20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
	IHH	
1995	78,9	846,8
1996	51,6	1034,7
1997	68,2	842,2
1998	53,5	959,4
1999	63,8	905,7
2000	53,7	954,9
2001	42,8	1207,1
2002	61,4	1299,9
2003	67,9	1301,5
2004	68,4	1333,6
2005	83,7	1265,0
2006	96,9	1198,6
Diferencial 2006-1995	18,0	351,8

Fonte: Cálculos próprios com base nos Quadros de Pessoal (GEP/MTSS) e na metodologia do Eurostat/OCDE (2007).

Nota: As células sem valor correspondem a situações em que as empresas deixaram de estar presentes na base de dados, ou por morte ou por terem apresentado um valor de vendas nulo ou ainda por não preencherem os Quadros de Pessoal nesse ano.

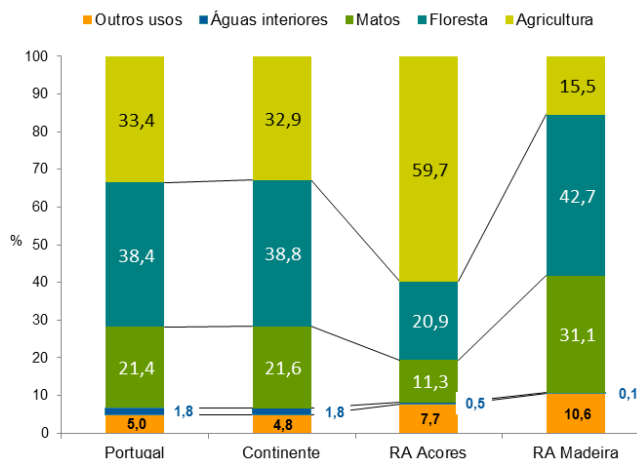
Os dados foram apenas calculados a 2 dígitos na CAE Rev. 2 e Rev. 2.1., pelo que não foi possível calcular o IHH para Indústria do Mobiliário (CAE 361 da CAE Rev. 2 e Rev. 2.1).

3.4. Especialização regional

As atividades florestais encontram-se habitualmente inseridas em explorações agrícolas, onde se combinam frequentemente com atividades agropecuárias em sistemas produtivos integrados. O solo rural, entendido como a área ocupada por espaços agrícolas e florestais, estende-se por mais de 90% da superfície de Portugal. A utilização do solo resulta da ocupação histórica desse espaço (Devy-Vareta, 1985) e encontra-se repartida fundamentalmente por áreas de povoamentos florestais (38,4% do total em 2005) e por áreas dominadas pelas atividades agrícolas (33,4%), a que acresce a área ocupada por

matos (21,6%), segundo os dados da Autoridade Florestal Nacional (2010). Os dados do primeiro Inventário Florestal da região autónoma da Madeira evidenciam uma maior proporção da utilização do solo atribuído à floresta (42,7%) que a média do continente (38,8%), o que confere ao seu solo rural uma vocação eminentemente florestal (Figura 2).

Figura 2 – Repartições dos usos do solo por regiões em 2005



Fontes: Autoridade Florestal Nacional – 5º Inventário Florestal Nacional; Direção Regional dos Recursos Florestais - Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores; Direção Regional de Florestas - 1º Inventário Florestal da Região Autónoma da Madeira.

A nível geográfico, a superfície florestal encontra-se concentrada em Portugal Continental (Quadro 9), designadamente nas regiões NUT II do Alentejo (40,9% da superfície florestal em 2005/2006), Centro (33,5%) e Norte (19,7%). Entre o Inventário Florestal Nacional de 1995/1998 e o de 2005/2006 houve uma expansão da área de povoamento florestal em todas as regiões, com exceção de Lisboa. O rácio do VAB face à área florestal é de 615,6 por hectare¹⁸.

Quadro 9 – Superfície florestal do território português por NUTS II

	1995/1998		2005/2006	
	mil hectares	estrutura (%)	mil hectares	estrutura (%)
Superfície florestal total por NUTS II	3.381	100,0	3.564	100,0
<i>Taxa de Variação (%)*</i>			5,4	
Continente	3.349	99,1	3.459	97,0
Norte	667	19,9	681	19,7
Centro	1.156	34,5	1.159	33,5
Lisboa	74	2,2	72	2,1
Alentejo	1.343	40,1	1.414	40,9
Algarve	109	3,3	132	3,8
Região Autónoma dos Açores	21	0,6	72	2,0
Região Autónoma da Madeira	11	0,3	34	1,0

Fontes: Autoridade Florestal Nacional – 5º Inventário Florestal Nacional; Direção Regional dos Recursos Florestais - Inventário Florestal da Região Autónoma dos Açores; Direção Regional de Florestas - 1º Inventário Florestal da Região Autónoma da Madeira.
Notas: * Taxa de variação entre o Inventário Florestal Nacional de 1995/98 e o de 2005/06;... Valores não disponíveis.

¹⁸ Cálculos próprios com base em dados das Contas Nacionais (INE) e do Inventário Florestal Nacional (AFN).

O nível de especialização regional nas atividades da Fileira Florestal será aferido através do Quociente de Localização (QL), uma das medidas de especialização¹⁹ mais difundidas na literatura regional (Costa, 2002; Riedl e Maia, 2007; Cabral e Sousa, 2001; Paiva, 2006). O Quociente de Localização é no fundo uma medida de localização que permite tecer considerações sobre o grau de especialização de uma região numa determinada atividade existente num território.

O QL compara a participação percentual de uma atividade específica numa região com a participação percentual dessa atividade no total da economia nacional. Ou seja, fornece uma medida da importância relativa de uma atividade económica numa região, tendo em conta a sua respetiva dimensão a nível nacional. Este indicador informa não só se o objeto de medição é ou não especializado, mas também o quanto ele está especializado. Mais especificamente, este traduz “quantas vezes mais” (ou menos) uma região se dedica a uma determinada atividade *vis-à-vis* o conjunto das regiões que perfazem a macrorregião de referência.

Habitualmente utiliza-se a participação percentual do emprego como medida de importância ou dedicação a certa atividade. Neste caso, a aplicação desta metodologia considerará as regiões portuguesas NUT II e NUT III, o emprego enquanto indicador de análise, a Fileira Florestal como o conjunto das atividades e Portugal como espaço padrão.

O Quociente de Localização pode então ser obtido a partir da seguinte expressão:

$$QL_{ij} = \frac{\frac{X_{rj}}{X_r}}{\frac{X_{pj}}{X_p}}, \text{ onde } QL_{ij} \geq 0$$

Onde:

X_{rj} = Valor da atividade j na região r

X_r = Valor do total das atividades consideradas, na região r

X_{pj} = Valor da atividade j no espaço geográfico padrão p

X_p = Valor do total das atividades consideradas no espaço geográfico padrão p

Do valor do rácio obtêm-se as seguintes conclusões:

Se $QL_{ij} = 0$: a região r não possui a atividade j .

Se $QL_{ij} = 1$, a região r tem um grau de especialização idêntico ao do espaço padrão p .

Se $QL_{ij} > 1$ (ou < 1), a região em questão é mais (ou menos) especializada na atividade j do que a região padrão.

Se o valor do QL for maior do que 1, essa região é relativamente mais importante no contexto nacional dessa atividade, ou seja detém uma expressão da atividade da Fileira Florestal superior à verificada na região padrão.

¹⁹ Existe uma especialização se uma percentagem maior (*vis-à-vis* um determinado padrão médio) de tempo, trabalho e energia de um determinado agente (neste caso uma região) é alocada numa determinada atividade e, portanto, uma percentagem menor (*vis-à-vis* a mesma norma, o mesmo padrão médio) desse trabalho e dessa energia será alocado em atividades alternativas.

Tomando em consideração a utilização da variável emprego no ano de 2009 e o caso do território português e respetivas regiões NUTS II, observamos que o emprego na Fileira Florestal apresenta uma maior expressão nas regiões Norte, Centro e Alentejo, por ordem de importância, regiões com as três maiores superfícies do solo atribuídas à ocupação florestal (Quadro 10 e 11). O emprego na indústria da Madeira encontra-se predominantemente localizado na região Norte e Centro, bem como a do Mobiliário, embora que relativamente mais afeto ao Norte do país. A região Centro apresenta um nível de concentração de mão-de-obra na indústria da pasta, do papel e do cartão cerca de duas vezes superior à média do país, sendo a combinação região/indústria com o QL mais elevado (1,9).

Quadro 10 - Quociente de Localização do Emprego da Fileira Florestal para 2009 por NUTS II *

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. dos Açores	R. A. da Madeira	Portugal
Fileira Florestal	1,6	1,5	0,3	0,8	0,2	0,4	0,3	1,00
Indústria da Madeira	1,6	1,5	0,2	1,1	0,4	0,8	0,6	1,00
Indústria da pasta, do papel e do cartão	1,2	1,9	0,7	0,1	0,01	0,00	0,02	1,00
Indústria do Mobiliário	1,8	1,3	0,2	0,8	0,1	0,1	0,1	1,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros do Pessoal, Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS).

Nota: *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, versão de 2002, nível II.

Considerando uma desagregação superior, a nível das regiões NUT III, observa-se que são as sub-regiões Entre Douro e Vouga (Norte), Pinhal Interior Sul (Centro), Tâmega (Norte) e Pinhal Interior Norte (Centro) as mais especializadas em atividades florestais. No que diz respeito à Indústria da Madeira, o Pinhal Interior Sul e Entre Douro e Vouga apresentam coeficientes de especialização bastante elevados (9,8 e 9,1 respetivamente). O emprego na indústria do Mobiliário está particularmente concentrado no Grande Porto (8,6), e em menor grau no Pinhal Interior Norte (3,1) e Baixo Vouga (2,3). A indústria da pasta, do papel e do cartão, continua a apresentar valores elevados de concentração de mão de obra nas regiões do Centro, com particular destaque para o Médio Tejo (5,7), Beira Interior Sul (4,5) e Baixo Mondego (3,5). No entanto, a região Entre Douro e Vouga, no Norte, apresenta também um valor de especialização elevado (4,1).

Quadro 11 - Quociente de Localização do Emprego da Fileira Florestal para 2009 por NUTS III *

NUTS II / III	Fileira Florestal	Indústria da Madeira	Indústria da pasta, do papel e do cartão	Indústria do Mobiliário
Norte	1,6	1,6	1,2	1,8
Minho-Lima	1,0	1,4	2,0	0,4
Cávado	0,8	0,9	0,4	0,8
Ave	0,7	0,7	1,2	0,6
Grande Porto	0,7	0,7	1,1	0,7
Tâmega	4,5	1,4	0,3	8,6
Entre Douro e Vouga	5,0	9,1	4,1	1,5
Douro	0,3	0,5	0,0	0,2
Alto Trás-os-Montes	0,5	0,7	1,8	0,3
Centro	1,5	1,5	1,9	1,3
Baixo Vouga	1,8	1,3	1,8	2,3
Baixo Mondego	1,0	0,8	3,5	0,5
Pinhal Litoral	1,4	1,6	1,4	1,1
Pinhal Interior Norte	3,1	3,4	2,2	3,1
Dão-Lafões	1,5	2,1	0,6	1,1
Pinhal Interior Sul	4,8	9,8	1,9	1,2
Serra da Estrela	0,5	0,8	0,0	0,4
Beira Interior Norte	0,4	0,5	0,0	0,3
Beira Interior Sul	1,2	0,5	4,5	0,7
Cova da Beira	0,5	0,6	0,1	0,7
Oeste	0,8	0,7	0,4	1,0
Médio Tejo	2,3	2,1	5,7	1,3
Lisboa	0,3	0,2	0,7	0,2
Grande Lisboa	0,2	0,1	0,4	0,2
Península de Setúbal	0,7	0,6	2,0	0,2
Alentejo	0,8	1,1	0,1	0,8
Alentejo Litoral	0,5	0,9	0,0	0,4
Alto Alentejo	1,0	2,2	0,2	0,1
Alentejo Central	0,6	1,3	0,1	0,2
Baixo Alentejo	0,1	0,2	0,0	0,1
Lezíria do Tejo	1,3	1,1	0,2	1,8
Algarve	0,2	0,4	0,0	0,1
R.A. dos Açores	0,4	0,8	0,0	0,1
R.A. da Madeira	0,3	0,6	0,0	0,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos Quadros do Pessoal, Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS).
Nota: * Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, versão de 2002, nível III.

4. Comentários finais

A Fileira Florestal corresponde a um conjunto de atividades bastante heterogéneas, atípica pela diversificação de atividades económicas que contempla. Grande parte da sua produção corresponde a bens de suporte à produção dos demais setores (bens intermédios) e/ou bens duradouros para consumo final. Para além dos produtos madeireiros baseados nas duas espécies dominantes na produção lenhosa portuguesa (o pinheiro e o eucalipto) e da atividade corticeira, a Fileira Florestal tem diversos pólos economicamente ativos a uma escala local. Integra um conjunto alargado de atividades industriais e uma diversidade de produtos considerável, marcando presença em praticamente todos os elos nucleares da cadeia de valor de bens transformados, desde a construção até ao material de transporte, passando pelas máquinas não elétricas e bens de equipamento. Este conjunto de atividades está bem representado no conjunto dos setores que mais contribuem para a “alimentação” das cadeias de abastecimento global.

O território português apresenta um potencial considerável para a exploração florestal. A área ocupada pela Floresta corresponde a mais de 1/3 do território português. A produção manteve desde 2000 um ritmo crescente, com uma desaceleração a partir de 2008. Em 2008 há a registar um aumento substancial da Formação Bruta de Capital Fixo, que assume um peso de 16,5% no investimento total na Indústria Transformadora (16,9% em 2009). Segundo as Contas Nacionais em 2008, a Fileira Florestal representou 1,5% do VAB nacional (10,5% da Indústria Transformadora), 1,28% do PIB e 2% do emprego nacional (12,4% do emprego industrial). A importância do emprego das atividades florestais tem vindo a diminuir, assim como o peso do seu valor acrescentado no PIB. No entanto a Fileira detém uma elevada orientação exportadora, superior à média das Indústrias Transformadoras, sendo responsável em 2010 por 8,4% do total da exportação portuguesa, de acordo com as Estatísticas do Comércio Externo.

A contração da atividade económica, que se seguiu a 2008, refletindo o contexto económico internacional, com consequentes restrições de financiamento a nível global, nomeadamente no agravamento dos prémios de risco e no acesso ao crédito bancário, provocou uma quebra da confiança dos investidores e das expectativas dos agentes económicos, tendo um impacto direto no consumo corrente e no investimento. Apesar desta conjuntura menos favorável, a orientação da Fileira Florestal para o mercado externo tem vindo a crescer. O excelente desempenho deste setor está patente no incremento do peso das exportações, que, segundo as Contas Nacionais, registou um acréscimo de 0,7 p.p. face a 2007, o mesmo sucedendo relativamente a 2006. Dados mais recentes das Estatísticas do Comércio Internacional confirmam o crescimento nominal de 28% das exportações de produtos da Fileira Florestal entre 2009 e 2010.

Em 2009, existiam 13.199 empresas cuja atividade principal se enquadra nas atividades da Fileira Florestal, as quais representam cerca de 17,8% do total das empresas da Indústria Transformadora, em número inferior ao do ano 2000. Estas são maioritariamente micro e pequenas empresas, com uma dimensão inferior à média nacional e ao setor transformador. Os dados apontam ainda para uma tendência de diminuição da dimensão empresarial. No entanto, a economia portuguesa possui algumas das maiores empresas à escala mundial.

Relativamente à concentração de empresas, verifica-se que a Indústria da Madeira, da Cortiça é pouco concentrada, e que a indústria de “Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos“ eleva, a partir de 2001, o seu nível de concentração para moderado.

Em sede de especialização regional, observa-se que, em 2009, o emprego na Fileira Florestal assume maior expressão no emprego da região Norte (particularmente Entre Douro e Vouga e Tâmega), Centro (Pinhal Interior Sul e Norte) e Alentejo, regiões com as três maiores superfícies de ocupação florestal. A Indústria da Madeira encontra-se predominantemente localizada na região Norte e Centro, bem como a do Mobiliário, embora que relativamente mais concentrada no Norte. O emprego na indústria do Mobiliário está particularmente concentrado no Grande Porto. A região Centro apresenta um nível de especialização na indústria da pasta, do papel e do cartão duas vezes superior ao resto do país, com enfoque no Médio Tejo, Beira Interior Sul e Baixo Mondego.

A Floresta portuguesa tem características de um setor competitivo, tanto no mercado interno como externo, possuindo uma flexibilidade que lhe tem permitido ajustar-se a choques externos. O setor florestal tem potencialidades promissoras no contributo para o aumento da competitividade nacional. É também uma atividade particularmente dinamizadora da criação de emprego em regiões mais desfavorecidas e da fixação das populações nos territórios de interior.

BIBLIOGRAFIA

- Amacher, Gregory S., Markku Ollikainen and Erkki Koskela (2009), "Economics of Forest Resources", The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (2010), "Relatório de caracterização da indústria da Fileira Florestal 2010".
- Associação Empresarial de Portugal (2008), "Sector Florestal", Gabinete de Estudos, Câmara de Comércio e Indústria.
- Autoridade Florestal Nacional (2010), "5.º Inventário Florestal Nacional, Apresentação do Relatório Final", Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e Autoridade Florestal Nacional, 7 de setembro de 2010.
- Banco Português de Investimento, Agro, GES e Jaakko Poyry (1996), "Propostas para o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa", Um estudo independente preparado para a Portucel, Sonae, Soporcel e CAP.
- Baptista, Fernando O. e Ricardo Santos (2005), "Os Proprietários Florestais, Resultados de um inquérito", Celta Editora, Oeiras.
- Cabral, Manuel (2008), "Export diversification and technological improvement: recent trends in the Portuguese economy", GEE Papers n. 6, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e da Inovação, Lisboa.
- Cabral, Dolores e Ricardo Sousa (2001), "Indicadores de Localização, Especialização e Diversificação e Análise Shift-share: Uma Aplicação às NUT III da Região Norte no Período 1986-1998", NIPE – Working Paper 13/2001
- Comissão Europeia (2011), "Livro Verde sobre a informação e a promoção dos produtos agrícolas: uma estratégia com grande valor acrescentado europeu para promover os sabores da Europa", COM(2011) 436 final Bruxelas.
- Comissão Europeia (2010), "Livro Verde sobre a protecção das florestas e a informação florestal na UE: preparar as florestas para as alterações climáticas", SEC(2010)163 final, Bruxelas.
- Costa, J. S. (coord.) (2002), "Compêndio de economia regional", Associação portuguesa para o desenvolvimento regional (APDR), Coleção APDR.
- Decreto nº 13/XI (2010), "Grandes Opções do Plano para 2010-2013", Diário da Assembleia da República, II SÉRIE-A, nº 5, 5 de abril de 2010.
- Devy-Vareta, Nicole (1985), "Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a "coutada velha" do rei", Revista da Faculdade de Letras, Geografia, Volume I, pp. 47 a 87, Porto.
- Direção Nacional das Fileiras Florestais (2010), "Observatório para as Fileiras Florestais - Relatório de Síntese", Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e Autoridade Florestal Nacional.
- Direção-Geral dos Recursos Florestais (2006), "Estratégia Nacional para as Florestas", Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Eurostat/OCDE (2007), "Manual of Business Demography Statistics".

- Ferreira do Amaral, João (2006), “Evolução do Comércio Externo Português de Exportação (1995-2004)”, GEE Papers nº 1, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e da Inovação.
- Leão, João e Ricardo Pinheiro Alves (2011), “Valor acrescentado em território nacional das exportações portuguesas”, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n. 3/2011, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Ministério das Finanças e da Administração Pública, Lisboa.
- Marques, Walter (2010a), “Evolução da balança comercial portuguesa dos produtos da Fileira Florestal”, Boletim Mensal de Economia Portuguesa, n. 6/2010, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- Marques, Walter (2010b), “Comércio Internacional português de produtos da Fileira Florestal: em números”, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, documento interno.
- Martins, Hortense (2007), “Comércio internacional de pasta de papel, papel, cartão e seus artigos”, Em Análise, Boletim Mensal do Comércio Internacional, Ministério da Economia e da Inovação, julho de 2007.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2010), “Internacionalização dos Sectores Agro-Alimentar e Florestal. Caracterização, incentivos e restrições e barreiras. Casos de estudos, orientações e medidas”, Gabinete de Planeamento e Políticas, julho 2010.
- Ministério da Agricultura, Desenvolvimento e Pescas (2007), “Programa de Desenvolvimento Rural – Continente, 2007-2013”, março de 2007, Lisboa.
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (2005), “Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, Revisão Intercalar 2004”, Edição da Comissão de Gestão do QCA III e da Direção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- Nações Unidas (2002), “Joahannesburg Summit 2002, Portugal, Country Profile”.
- OCDE (2010), “2010 Economic Review Portugal”, Economics Department, Paris.
- Paiva, Carlos (2006), “Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas”, Indicadores Económicos FEE, Vol. 34, n. 1
- Pearce, David, Francis Putz e Jerome K. Vanclay (1999), “Sustainable forest future?”, Report prepared for the Natural Resources International, UK and UK Department for International Development.
- Pestana, Miguel e Isabel Tinoco (2009), “A Indústria e o Comércio da Cortiça em Portugal Durante o Século XX”, Silva Lusitana Vol. 17(1), pp. 1 – 26.
- PriceWaterhouseCoopers (2006), “Ranking global PricewaterhouseCoopers 100”, News release, outubro de 2006.
- PriceWaterhouseCoopers (2011), “Growing the future. Exploring new values and new directions in the Forest, Paper & Packaging industry”, fevereiro de 2010.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006 de 15 de setembro, “Estratégia Nacional para as Florestas”.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 178/2003 de 17 de novembro, “Linhas orientadoras sobre a reforma estrutural do Sector florestal”.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>30 de novembro de 2011</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 30 de novembro de 2011 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório Anual relativo ao Crescimento: A Comissão Europeia apresentou o seu relatório anual relativo ao crescimento, onde são estabelecidas as prioridades das políticas económicas da União para os próximos 12 meses, com o intuito de desenvolver a implementação de reformas para fomentar o crescimento e o emprego. O relatório, cuja apresentação marca o início do segundo Semestre Europeu, incide sobre cinco áreas prioritárias: <i>i)</i> prosseguir estratégias de consolidação orçamental orientadas para o crescimento, diferenciadas de acordo com a margem de manobra orçamental dos estados-membros; <i>ii)</i> restaurar a capacidade normal de fornecimento de crédito à economia; <i>iii)</i> promover o crescimento e a competitividade, com enfoque nas áreas da economia digital, do mercado interno de serviços e comércio internacional; <i>iv)</i> combater o desemprego e as suas consequências sociais, nomeadamente no apoio ao emprego dos jovens e dos trabalhadores mais vulneráveis; <i>v)</i> modernizar a Administração Pública. ▪ Governança Económica – Segundo Pacote: No seguimento da aprovação do <i>six-pack</i> relativo à governança económica, que entrou em vigor no passado dia 12 de Dezembro, a Comissão Europeia apresentou novas propostas que visam completar e aprofundar a coordenação das políticas orçamentais e melhorar o funcionamento da União Económica e Monetária. Este novo pacote de governança económica é composto por: <i>i)</i> uma proposta de regulamento para reforço da supervisão da área do euro, em especial para estados-membros em procedimento por défice excessivo; <i>ii)</i> uma proposta de regulamento relativo à supervisão reforçada para os países da área do euro que estão sujeitos à pressão dos mercados financeiros ou que solicitem assistência financeira; <i>iii)</i> um livro verde sobre as opções para a emissão conjunta de obrigações Europeias (<i>eurobonds</i>). ▪ Análise do Impacto da Legislação Europeia: Os Ministros aprovaram conclusões sobre a necessidade de avaliar o impacto financeiro das medidas legislativas aprovadas pelo Conselho, destacando a importância de considerar, quando apropriado e necessário, as avaliações de impacto de novas propostas legislativas na competitividade e nas finanças públicas. ▪ Estatísticas na UE: No âmbito dos trabalhos habituais nesta altura do ano relativos a questões estatísticas, o Conselho adotou conclusões onde: <i>i)</i> realça a importância da revisão do Código de Conduta para o Sistema Europeu de Estatística, já que reforça a sua independência profissional, alarga a seu espectro estatístico e determina claramente os seus princípios orientadores, <i>ii)</i> relembra a necessidade de continuar os esforços na simplificação (eficiência e eficácia), sem que sejam postas em causa a fiabilidade e a credibilidade dos dados publicados, <i>iii)</i> congratula-se com a estratégia conjunta adotada pelo Sistema Europeu de Estatística e <i>iv)</i> expressa ao seu apoio à nomeação do Presidente e dos membros do <i>European Statistical Governance Advisory Board</i>. <p>No seguimento desta reunião, os Chefes de Estado ou de Governo da área do euro reuniram-se a 9 de dezembro, tendo acordado o chamado <i>fiscal compact</i>, que define o cumprimento do princípio de saldos orçamentais em equilíbrio ou excedentários, de acordo com o calendário a ser proposto pela Comissão. Foi igualmente decidido nesta reunião o reforço por parte dos países do euro dos</p>

Iniciativa	Sumário
	fundos do FMI para fazer face à grave crise económica e financeira, bem como a antecipação da entrada em vigor do Mecanismo de Estabilização Europeia.
<i>Transferência do fundo de pensões do sector bancário</i> Conselho de Ministros de 2 de Dezembro	O Conselho de Ministros aprovou as condições de transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas que, em 31 de Dezembro de 2011, se encontram no regime de segurança social substitutivo do sector bancário, prevendo-se a transmissão para a Segurança Social das responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência. Para pagamento das responsabilidades assumidas pela Segurança Social, são transmitidos para o Estado ativos dos fundos de pensões em causa, de acordo com os prazos e valores definidos no âmbito do processo de audição que envolveu o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e as instituições de crédito.
<i>Aumento do período normal de trabalho</i> Conselho de Ministros de 7 de Dezembro	O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece um aumento excepcional e temporário dos períodos normais de trabalho, de trinta minutos por dia ou de duas horas e trinta minutos por semana. No que se refere ao trabalho a tempo parcial, o aumento deve ser proporcional ao período normal de trabalho semanal. Esta medida não se aplica a determinados grupos de trabalhadores por razões de proteção da saúde, das condições físicas, da menoridade e da promoção da formação e qualificação dos trabalhadores. Estão ainda excluídos os trabalhadores de empresas públicas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, de entidades públicas empresariais e de entidades que integram o sector empresarial regional e municipal, dado que estão já sujeitos às medidas constantes do Orçamento de Estado para 2012, concretamente, à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal. Esta medida é para vigorar durante a vigência do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica.
<i>Liberalização do sector postal</i> Conselho de Ministros de 7 de Dezembro	O Governo aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional, e transpõe para a ordem jurídica interna uma diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho. Este diploma visa a liberalização do sector postal – mantendo-se a CTT, Correios de Portugal a prestadora do serviço postal universal até 31 de Dezembro de 2020 –, tendo como objetivo dotar o país de um modelo completo e coerente que, a par da garantia do exercício da livre concorrência no sector postal, acautele de forma eficaz os direitos dos utilizadores dos serviços postais independentemente da natureza do prestador de serviços a que recorram. Acautele-se igualmente a continuidade de um serviço universal eficiente, de qualidade e de total cobertura territorial, em consonância com a necessária proteção dos interesses dos utilizadores.
<i>Limite da garantia para reembolso de depósitos bancários</i> Conselho de Ministros de 15 de Dezembro	O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece com carácter permanente o limite legal da garantia de 100 000 euros para o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito participantes do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo. A garantia assegurada por estes fundos pode ser acionada no caso de se verificar a indisponibilidade dos depósitos.
<i>Privatização da EDP</i> Conselho de Ministros de 22 de Dezembro	O Conselho de Ministros selecionou a proposta da China Three Gorges Corporation como vencedora para a aquisição de 21,35% das ações do capital social da EDP - Energias de Portugal, S.A., objeto de venda direta de referência.
<i>Programa «estímulo»</i> de à	O Governo anunciou o lançamento, no início de 2012, de um programa de políticas públicas integradas que visam impulsionar a atividade económica

Iniciativa	Sumário
<p><i>atividade económica produtiva de base regional e local»</i></p> <p><i>Reprogramação estratégica do QREN</i></p>	<p>produtiva de base regional e local.</p> <p>Este programa, em articulação com a reprogramação estratégica do QREN, visa reforçar o apoio ao investimento produtivo empresarial de base regional e local, e dotar o Estado de uma organização territorial mais desconcentrada e descentralizada. «Em suma, com este programa de criação de valor com o território pretende-se assim colocar os instrumentos de financiamento de apoio à atividade económica ao serviço dos territórios, respondendo de forma pragmática e rápida a problemas concretos das comunidades, valorizando as potencialidades endógenas, fixando as populações, criando emprego e dinamizando e apoiando as economias regionais e locais», afirmou o secretário de Estado.</p> <p>O Governo comunicou a aprovação pela Comissão da reprogramação técnica do QREN, que garante a entrada de 600 milhões de euros, com vista a antecipar as previsíveis dificuldades de execução dos projetos, e, «no contexto das restrições que estão a ser sentidas em Portugal, foi aprovado e está em vias de publicação um novo mecanismo de apoio» que «vai permitir que a taxa de cofinanciamento comunitário a considerar durante o período correspondente à assistência financeira negociada com a troika (desde maio até finais de 2013) seja acrescida de 10 pontos percentuais». Este mecanismo visa «beneficiar programas que possam trazer um aumento da competitividade do país, do crescimento e o aumento do emprego e da empregabilidade» e «poderá ter um efeito de cerca de mais de 100 milhões».</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Sistema de Informação da Organização do Estado</i></p> <p>Lei n.º 57/2011. D.R. n.º 228, Série I de 2011-11-28</p>	<p>Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE).</p>
<p><i>Observatório do QREN</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2011. D.R. n.º 228, Série I de 2011-11-28</p>	<p>Integra no Ministério das Finanças a estrutura de missão designada por Observatório do Quadro de Referência Estratégico Nacional, criada nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2008, de 13 de Fevereiro.</p>
<p><i>Taxas de portagem nas SCUT</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 111/2011. D.R. n.º 228, Série I de 2011-11-28</p>	<p>Sujeita os lanços e sublanços das autoestradas SCUT do Algarve, da Beira Interior, do Interior Norte e da Beira Litoral/Beira Alta ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores.</p>
<p><i>Capital de risco</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2011. D.R. n.º 229, Série I de 2011-11-29</p>	<p>Define orientações para a reformulação do sector público do capital de risco e o respetivo contributo para a dinamização da economia.</p>
<p><i>Formação do preço dos medicamentos</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 112/2011. D.R. n.º 229, Série I de 2011-11-29</p>	<p>Aprova o regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados.</p>
<p><i>Taxas moderadoras - Serviço Nacional de Saúde</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 113/2011. D.R. n.º 229, Série I de 2011-11-29</p>	<p>Regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios.</p>
<p><i>Participação de Portugal no Capital do Banco Europeu - BERD</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2011. D.R. n.º 232, Série I de 2011-12-05</p>	<p>Autoriza a prática dos atos necessários à participação de Portugal no aumento de capital decidido no contexto da Quarta Revisão de Recursos de Capital do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD).</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Administração Pública</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 116/2011. D.R. n.º 232, Série I de 2011-12-05</p>	<p>Modifica as regras de fixação dos limites máximos de unidades orgânicas flexíveis de serviços da Administração Pública e da dotação máxima de chefes de equipa de estruturas matriciais, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.</p>
<p><i>Centro de Formação Profissional do Artesanato</i></p> <p>Despacho n.º 16324/2011. D.R. n.º 231, Série II de 2011-12-02</p>	<p>É criado e autorizado o funcionamento do CET em Conservação e Restauro de Madeira (Escultura e Talha), na entidade CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato.</p>
<p><i>Reservas de petróleo</i></p> <p>Portaria n.º 847/2011. D.R. n.º 231, Série II de 2011-12-02</p>	<p>Autoriza a ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S. A., a efetuar a totalidade das reservas de petróleo a que se encontra obrigada na EGREP, mediante pagamento do montante correspondente.</p>
<p><i>Reservas de petróleo</i></p> <p>Portaria n.º 848/2011. D.R. n.º 231, Série II de 2011-12-02</p>	<p>Autoriza a PETRIN - Petróleos e Investimentos, S. A., a efetuar a totalidade das reservas de petróleo a que se encontra obrigada na EGREP, mediante pagamento do montante correspondente.</p>
<p><i>Reservas de petróleo</i></p> <p>Portaria n.º 841/2011. D.R. n.º 230, Série II de 2011-11-30</p>	<p>Autoriza a R. Star Petróleos, L.da, a efetuar a totalidade das reservas de petróleo a que se encontra obrigada na EGREP, mediante pagamento do montante correspondente.</p>
<p><i>Reprivatização da EDP</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-A/2011. D.R. n.º 234, Suplemento, Série I de 2011-12-07</p>	<p>Estabelece o regime de indisponibilidade das ações objeto da venda direta de referência, no âmbito da 8.ª fase do processo de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S. A.</p>
<p><i>Reprivatização da REN</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-B/2011. D.R. n.º 234, Suplemento, Série I de 2011-12-07</p>	<p>Aprova o caderno de encargos da 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de Novembro.</p>
<p><i>Regulação da atividade prestamista</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 149/2011. D.R. n.º 235, Série I de 2011-12-09</p>	<p>Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a atividade prestamista, a intensificação e o alargamento dos atos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da defesa do consumidor.</p>
<p><i>Lei Orgânica do Ministério das Finanças</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 117/2011. D.R. n.º 239, Série I de 2011-12-15</p>	<p>Aprova a Lei Orgânica do Ministério das Finanças.</p>
<p><i>Administração da AICEP</i></p> <p>Resolução n.º 22/2011. D.R. n.º 239, Série II de 2011-12-15</p>	<p>Nomeia o conselho de administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E.</p>
<p><i>Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+E+I)</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2011. D.R. n.º 240, Série I de 2011-12-16</p>	<p>Aprova o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação.</p>
<p><i>Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2011. D.R. n.º 240, Série I de 2011-12-16</p>	<p>Determina a missão e as competências do Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação.</p>
<p><i>«Portugal Sou Eu»</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2011. D.R. n.º 240, Série I de 2011-12-16</p>	<p>Aprova a iniciativa «Portugal Sou Eu».</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação - retificação</i></p> <p>Declaração de Retificação n.º 35/2011. D.R. n.º 243, Série I de 2011-12-21</p>	<p>Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2011, de 16 de Dezembro, que aprova o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 240, de 16 de Dezembro de 2011.</p>
<p><i>Valor médio de construção</i></p> <p>Portaria n.º 307/2011. D.R. n.º 243, Série I de 2011-12-21</p>	<p>Fixa o valor médio de construção, por metro quadrado para vigorar no ano de 2012.</p>
<p><i>Serviço de interruptibilidade de eletricidade</i></p> <p>Portaria n.º 310/2011. D.R. n.º 243, Série I de 2011-12-21</p>	<p>Revoga a Portaria n.º 1309/2010, de 23 de Dezembro, e a Portaria n.º 117/2011, de 25 de Março, referentes ao regime transitório aplicável, durante o ano de 2011, à prestação de serviço de interruptibilidade por consumidor de eletricidade em muita alta tensão (MAT), alta tensão (AT) e média tensão (MT) ao operador da rede de transporte.</p>
<p><i>Taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde</i></p> <p>Portaria n.º 306-A/2011. D.R. n.º 242, Suplemento, Série I de 2011-12-20</p>	<p>Aprova os valores das taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde, bem como as respectivas regras de apuramento e cobrança.</p>
<p><i>Recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública</i></p> <p>Lei n.º 64/2011. D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22</p>	<p>Modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à quinta alteração à Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado.</p>
<p><i>Regime de renda apoiada</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 151/2011. D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 152/2011. D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 153/2011. D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22</p>	<p>Recomenda ao Governo que reavalie o atual regime de renda apoiada com base em critérios de maior sensibilidade social e que promova as medidas que se afigurem necessárias para minorar os efeitos da sua aplicação.</p> <p>Recomenda ao Governo que reavalie o atual regime de renda apoiada, aplicável a nível nacional, segundo um princípio de igualdade e justiça social.</p> <p>Revisão do regime de renda apoiada.</p>
<p><i>Arrendamento jovem e a promoção da «reabilitação urbana low cost»</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 159/2011. D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22</p>	<p>Recomenda ao Governo a avaliação e revisão do apoio ao arrendamento jovem e a promoção da «reabilitação urbana low cost».</p>
<p><i>Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2011. D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22</p>	<p>Institui o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (AEEASG) em Portugal no ano de 2012 e determina a execução a nível nacional das atividades que lhe estão associadas.</p>
<p><i>Preços de referência medicamentos genéricos</i></p> <p>Despacho n.º 17117/2011. D.R. n.º 244, Série II de 2011-12-22</p>	<p>São aprovados os preços de referência unitários dos grupos homogêneos, para vigorar no trimestre civil que se inicia em 1 de Janeiro de 2012, os quais correspondem à média dos cinco PVP mais baixos praticados no mercado, tendo em consideração as apresentações dos medicamentos genéricos que integram cada um dos referidos grupos e que se encontram identificados no anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.</p>
<p><i>Regulamento Tarifário do Sector Elétrico - ERSE</i></p> <p>Diretiva n.º 6/2011. D.R. n.º 244, Série II de 2011-12-22</p>	<p>Alteração do Regulamento Tarifário do Sector Elétrico.</p>
<p><i>Tarifas e preços para a energia elétrica-2012</i></p> <p>Diretiva n.º 7/2011. D.R. n.º 244, Série II de 2011-12-22</p>	<p>Tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2012 e parâmetros de regulação para o período de regulação 2012-2014.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas - contrato de concessão</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2011. D.R. n.º 244, Série I de 2011-12-22</p>	<p>Autoriza a renovação, por um período de quatro anos, do contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, celebrado entre o Estado Português e a EXMIN - Companhia de Indústria e Serviços Mineiros e Ambientais, S. A., relativamente ao qual a sociedade EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., assumiu, em virtude do processo de fusão por incorporação efetivado, a posição de concessionária.</p>
<p><i>Custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio</i></p> <p>Aviso n.º 24523/2011. D.R. n.º 245, Série II de 2011-12-23</p>	<p>Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de Abril, Maio e Junho de 2011, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.</p>

Abreviaturas Utilizadas

